



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



CLAYTON LUIZ DA SILVA BARROS

O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I: O município de Igarapé-Açu e o potencial diálogo entre história e o lugar em que se vive.

ANANINDEUA-PA
2024

CLAYTON LUIZ DA SILVA BARROS

O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I: O município de Igarapé-Açu e o potencial diálogo entre história e o lugar em que se vive.

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Pará, *Campus Universitário de Ananindeua*, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Os Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientador: Prof. Dr. José do Espírito Santo Dias Júnior.

ANANINDEUA-PA
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBN
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

Barros, Clayton Luiz da Silva.

O ensino de história local no ensino fundamental I : o
município de Igarapé-Açu e o potencial diálogo entre história
e o lugar em que se vive. / Clayton Luiz da Silva Barros. —
2024.

110 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José do Espírito Santo Dias
Júnior

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional
em Ensino de História, Ananindeua, 2024.

Produto pedagógico “Sequência Didática”, 6 f.

1. Ensino de história. 2. História local. 3. Igarapé- Açu.
I. Título.

CDD 372.89

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE
CLAYTON LUIZ DA SILVA BARROS

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo orientador Prof. Dr. José do Espírito Santo Dias Júnior e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Ariel Feldman e Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita, reuniu-se no dia 20 de agosto de 2024, às 18:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando **CLAYTON LUIZ DA SILVA BARROS** intitulada: "O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO FUNDAMENTAL II: O município de Igarapé- açú e o potencial diálogo entre história e o lugar em que se vive". Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi **APROVADA**, com conceito _____ pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

Prof. Dr. José do Espírito Santo Dias Júnior
Orientador

Prof. Dr. Ariel Feldman
Membro Externo da Banca / Fac. História Cametá / UFPA

Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita
Membro da Banca / PPGEH/UFPA



ATA Nº 28/2024 - CCAME (11.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/08/2024 11:28)

ARIEL FELDMAN

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CCAME (11.19)

Matrícula: ####088#6

(Assinado digitalmente em 22/08/2024 15:49)

JOSE DO ESPIRITO SANTO DIAS JUNIOR

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CCAME (11.19)

Matrícula: ####859#0

(Assinado digitalmente em 22/08/2024 18:09)

THIAGO BRONI DE MESQUITA

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

NPI (11.26)

Matrícula: ####247#3

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: 28, ano: 2024, tipo: ATA, data de emissão: 22/08/2024 e o código de verificação: 4608b27394

RESUMO

Esta dissertação trata da história local do Município de Igarapé-Açu e de como ela tem sido trabalhada e ensinada pelos professores pedagogos que atuam nas turmas de 5º ano das séries iniciais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento. A pesquisa tem o objetivo de evidenciar a ausência de material didático que trate sobre a história local. Com base nas referências teóricos de Alberti (2004), Fonseca (2006), Macedo (2017), Nora (1943), Saviani (2022), Fonseca (2012), Bittencourt (2003), Bosi (1994), Cruz (1955), Halbwachs (2013), Hall (2000), Muniz (1916), Rosa (2007), Pollack (2003), Lacerda (2016, 2018), Hobsbawm (1984) e Noronha (2007), discutimos estudos, teorias e leituras a respeito da história oral, da história local, das lembranças e das memórias coletivas, além das obras memorialistas de Freitas (2005) e Rocha (2022) que escrevem sobre a história de Igarapé-Açu. Completando a lista dos referencias, temos os trabalhos acadêmicos e a dissertação de Lima (2006), Silva (2006) e Souza (2020). A metodologia, de caráter qualitativo, foi realizada por meio de questionários aplicados aos professores que trabalham na educação infantil, especificamente para os que ministram aulas para as turmas do 5º ano dos turnos da manhã e da tarde, enquanto a metodologia quantitativa está presente na análise das respostas fornecidas pelos professores. O ensino de História Local apresenta-se como um ponto de partida de grande relevância, ao trabalhar com a realidade próxima, dando voz àqueles que estiveram marginalizados pela “História Oficial”. A relevância deste trabalho está na compreensão do desenvolvimento de metodologias que favoreçam os professores a aderirem um ensino de história comprometido com a inserção da história local, a memória coletiva, a memória histórica e a identidade.

Palavras-chave: ensino de história; história local; Igarapé-Açu.

ABSTRACT

This dissertation deals with the local history of Igarapé-Açu municipality and how it has been worked on and taught by the pedagogues who teach in the 5th grade classes at the Prof.^a Cícera Lima do Nascimento Municipal Elementary School. The research aims to highlight the lack of teaching material about local history. Using Alberti (2004), Fonseca (2006), Macedo (2017), Nora (1943), Saviani (2022), Fonseca (2012), Bittencourt (2003), Bosi (1994), Cruz (1955), Halbwachs (2013), Hall (2000), Muniz (1916), Rosa (2007), Pollack (2003), Lacerda (2016, 2018), Hobsbawm (1984) and Noronha (2007) as theoretical references, we discussed studies, theories and readings about oral history, local history, memories and collective memories, for which it was also important the memorialist works of Freitas (2005) and Rocha (2022) who write about the history of Igarapé-Açu. The academic works and dissertations by Lima (2006), Silva (2006) and Souza (2020) complete the list of references. Using qualitative methodology, questionnaires were administered to teachers working in early childhood education, specifically those who teach 5th grade classes in the morning and afternoon shifts, while quantitative methodology was used to analyze the answers provided by the teachers. The teaching of Local History is a very important starting point, as it works with the reality close to us, giving a voice to those who have been marginalized by "Official History". The relevance of this academic work lies in understanding the development of methodologies that encourage teachers to commit themselves to teaching history in a way that includes local history, collective memory, historical memory and identity.

Keywords: history teaching; local history; Igarapé-Açu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Estrada de Ferro de Bragança	47
Figura 2 – Mapa de Igarapé-Açu	50
Figura 3 – Igreja Matriz de São Sebastião	54
Figura 4 – Manifestação cultural do levantamento do mastro	56
Figura 5 – Mercado Municipal.	57
Figura 6 – Ruínas da Base Aérea de Igarapé-Açu	59
Figura 7 – Documento que determinou a construção e nome da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento	69
Figura 8 – Inauguração da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento	71
Figura 9 – Inauguração da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento	72
Figura 10 – Foto atual da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz Curricular do Ensino Fundamental	64
Quadro 2 – Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu	66
Quadro 3 – Dificuldades encontradas pelos educadores para ministrar a disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu	75
Quadro 4 – Usos de materiais didáticos.....	79
Quadro 5 – Estrutura de aplicação da Sequência Didática.	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
SEDUC/PA	Secretaria de Educação do Estado do Pará
EFB	Estrada de Ferro de Bragança
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Igarapé-Açu
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
DCM	Documento Curricular Municipal
CME	Conselho Municipal de Educação
DMC	Documento Curricular do Município
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
PPP	Projeto Político Pedagógico
HICI	História e Identidade Cultural de Igarapé-Açu
SD	Sequência Didática

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	APORTES TEÓRICOS E OS CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS.....	18
2.1	Historiografia de Igarapé-Açu - História Local como Objeto de Estudos história	18
2.2	O Ensino de História Oral nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	23
2.3	O Despertar da Memória e da Identidade para o Conhecimento.....	31
3	HISTÓRIA LOCAL NOS ANOS INICIAIS: POSSIBILIDADES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇÚ	43
3.1	Apresentando o Município de Igarapé-Açu	43
3.1.1	<i>A Historiografia Igarapeaçuense – A partir dos Trilhos da Estrada de Ferro Belém/Bragança. Ocupação e Colonização da Região Nordeste</i>	43
3.1.2	<i>Vivência nos Núcleos</i>	44
3.1.3	<i>O Lócus de Pesquisa</i>	49
4	HISTÓRIA LOCAL NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇÚ: UM OLHAR A PARTIR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF.^a CÍCERA LIMA DO NASCIMENTO.....	62
4.1	A Disciplina História e Identidade Cultural na Matriz Curricular do Município de Igarapé-Açu	62
4.1.1	<i>O currículo na Educação brasileira.....</i>	62
4.1.2	<i>O Contexto para a Implementação da Disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu.</i>	64
4.1.3	<i>Fundação e Contexto Histórico - EMEF Prof.^a Cícera Lima do Nascimento</i>	68
4.1.4	<i>O Que Dizem os Professores cerca da Disciplina na Escola</i>	74
4.1.5	<i>Análise dos Dados Específicos da Pesquisa.....</i>	76
5	PRODUTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO – UM RECURSO PARA AUXILIAR O ENSINO DA HISÓRIA LOCAL POR MEIO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA.	84
5.1	O que é uma sequência didática?.....	84
5.2	Para entender as sequências didáticas.....	85
5.3	Diagnóstico Inicial.....	85

5.4	Concepção da Sequência Didática	86
5.5	Espaço Educacional para a Aplicação da Sequência Didática	87
5.5.1	<i>Perfil dos Educadores Respondentes</i>	87
5.6	Um breve relato sobre a aplicação da sequência didática	88
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA.....	98
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO À TURMA DO 5º ANO ...	99
	APÊNDICE C – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA	100
	APÊNDICE D – SEQUÊNCIA DIDÁTICA	102
	ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 006, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022, DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU/PA.....	108

1 INTRODUÇÃO

Esta Dissertação tem como tema O Ensino de História Local no Ensino Fundamental I: O município de Igarapé-Açu e o potencial diálogo entre história e o lugar em que se vive. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento, com os alunos das turmas do 5º ano manhã e tarde, tendo por objetivo mostrar que há uma ausência de material didático adequado para o ensino da história local nas séries iniciais do ensino fundamental.

Nosso objetivo principal é desenvolver metodologias em sala de aula que valorizem a História Local do Município de Igarapé Açu, a partir da disciplina História e Identidade Cultural de Igarapé-Açu. Nesse sentido, procuro enfatizar o ensino de História Local e a sua importância nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Assim, pretendemos aprimorar a matriz curricular do município; auxiliar os alunos na identificação e na valorização da História e do patrimônio histórico da cidade de Igarapé-Açu; propor maneiras de utilizar diversas linguagens que favoreçam o ensino de história local, junto à disciplina HICI.

Com base nas referências teóricas de Alberti (2004), Fonseca (2006), Macedo (2017), Nora (1943), Saviani (2022), Fonseca (2012), Bittencourt (2003), Bosi (1994), Cruz (1955), Halbwachs (2013), Hall (2000), Muniz (1916), Rosa (2007), Pollack (2003), Lacerda (2016, 2018), Hobsbawm (1984), Noronha (2007) e Delgado (2006), discutimos sobre estudos, teorias e leituras relativas à história oral e à história local, com o intuito de elaborarmos o embasamento para responder o problema de pesquisa. Embora reconheçamos que os autores que direcionam essa pesquisa não comungam do mesmo campo teórico-metodológico, suas contribuições foram de grande valia para elucidar a problemática apontada.

Meu interesse por esta pesquisa ocorreu quando analisei um questionário aplicado aos professores do Ensino Fundamental menor das turmas do 5º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cícera Lima do Nascimento. Na ocasião, eu investigava como os docentes trabalham o ensino de história local e oral do município no qual residimos, a cidade de Igarapé-Açu. No decorrer das conversas diretas e da análise feita em seguida das respostas ao questionário, foi percebido que a forma como os entrevistados estão ministrando a disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu não apresenta um retorno produtivo. Além disso, eles não conseguem organizar um planejamento de aula específico, pois o município não tem

um material didático específico para a disciplina, que faz parte da grade curricular municipal.

A partir dessa problemática, despertou-me o interesse em estudar autores que discutem não apenas a importância da história local nas séries iniciais, mas também o quanto ela é relevante para construção do conhecimento histórico dos professores e dos alunos. Além disso, busco entender a importância da história local para o processo de constituição da identidade do educando no âmbito escolar, social, cultural e do espaço familiar. Sobre isso, Fonseca escreve:

A educação histórica e a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorrem apenas na escola, mas vive em diversos lugares..... O meio ao qual vivemos traz as marcas do presente e de tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para compreensão do imediato, do próximo e do distante. O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas (Fonseca, 2009, p. 116-117).

Conforme se observa na escrita de Fonseca, tanto o conhecimento histórico do sujeito como o processo de construção da sua identidade e da sua consciência histórica vão muito além dos muros da escola; pois a história local está próxima dele. Com a devida orientação, o estudante poderá conhecer as mais diversas e ricas possibilidades para sua construção histórica.

Esta pesquisa, quanto ao ensino de história local nas séries iniciais, proporcionou-me muitas reflexões, como a desmitificação da ideia de que os sujeitos da história seriam apenas os grandes heróis. O simples senhor que está no balcão da sua mercearia pode e é fazedor da história local. Isso tem provocado grande impacto positivo em minha carreira como professor da disciplina História; pois, durante os 10 anos nos quais eu estive como professor no ensino fundamental na rede municipal, pude observar que os alunos não se identificavam e nem conheciam a história local, uma vez que ela só era enfatizada em algumas datas comemorativas e alusivas à fundação da cidade.

Essa dificuldade quanto ao ensino da história local tem perdurado há muitos anos no município, inclusive na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento, na qual conclui meu ensino fundamental menor e onde, até os dias atuais, posso laços afetivos, o que me motivou na escolha desta escola como lugar de pesquisa.

Minhas inquietações, no que diz respeito ao ensino de História local nos anos iniciais, fortaleceram-se com a criação da disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu. Por meio da resolução nº 002/2018-CME/GPE, a alteração na Matriz Curricular da Rede de Ensino foi implementada do 1º ao 5º ano, a fim de que se ensine aos estudantes principalmente sobre a cultura e o patrimônio da cidade em que vivem.

A discussão sobre o ensino de História no Brasil não é recente, sendo suscitada pela trajetória que a própria disciplina consolidou nos currículos oficiais do governo nos últimos anos, sobretudo após sua separação da disciplina de Geografia, antigamente denominada de Estudos Sociais. Além disso, após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), percebemos um aumento de importância no campo de pesquisa para o ensino de História, pois ela estaria ligada diretamente à construção da identidade do cidadão brasileiro. Segundo Fonseca (2017), a história do ensino de história tem avançado para além do exame formal de programas, conteúdos e currículos.

Selva Guimarães Fonseca (2012), em sua obra *Caminhos da história ensinada*, enfatiza que a forma de se ensinar história hoje já não é mais a mesma. Trata-se de um novo contexto para a disciplina, no qual as seguintes modificações podem ser observadas: objetivos mais definidos e direcionados, finalidades educativas, currículos prescritos, livros didáticos e a formação do professor.

Dessa forma, o ensino de história no Brasil, ao longo dos anos, vem recebendo a atenção dos pesquisadores. Esses estudiosos têm demonstrado interesse em questões como práticas escolares presentes no ensino de História em diferentes níveis e meios para entender que a história não é feita somente de documentos oficiais, de datas marcantes, de personalidades políticas e públicas e nem só de fatos, mas sim de lembranças, de narrativas, de recordações, de lugares de memórias, de tempo, de espaço, de identidade, de narrativas, de pessoas comuns e populares, além dos documentos oficiais e não oficiais.

Saviani (2022), na obra *Ensino de história na Formação das Crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Desafios e Possibilidades*, destaca o pensar no ensino de história local no contexto brasileiro. A partir da percepção de que há uma diversidade de modos de pensar, ensinar e refletir esse ensino, o teórico comprehende que não há um conhecimento histórico local único, nem mesmo exclusivo, mas sim

realidades e histórias locais distintas, as quais ampliam e diversificam as possibilidades de se conhecer essas histórias.

Assim, o ensino de história e a história local nas séries iniciais têm um papel fundamental para o processo de conhecimento e pertencimento do alunado enquanto um conjunto de sujeitos históricos na construção das suas histórias e da história local à qual eles estão inseridos.

Para Maurice Halbwachs (2013), a memória coletiva é um trabalho que se dá por meio do processo de reconstrução e reinterpretação do passado. Esse fenômeno é ocasionado pelas interações sociais, pois as lembranças individuais não existem isoladamente, mas são construídas e compartilhadas dentro de um contexto social, desempenhando assim um papel fundamental nos processos históricos.

É, portanto, mediante a categoria de “memória coletiva” de Halbwachs (2013) que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social.

Dessa forma, segundo Halbwachs:

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (Halbwachs, 2013, p.31).

Ademais, para Le Goff (2003), a memória não deve ser vista apenas como um registro objetivo do passado, mas também como uma construção social e cultural, por ser a memória um processo ativo de seleção, interpretação e reinterpretação do passado, tendo nesse processo reflexos, preocupações e perspectivas do presente. A memória social é um dos meios para abordar os problemas dos tempos passado e presente da história.

Para a obtenção de dados sobre como os professores pedagogos das turmas do 5º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento estão ministrando a disciplina *História e identidade cultural do município de Igarapé-Açu* no currículo escolar, uma das metodologias utilizadas foi a aplicação de questionários. As perguntas referem-se às formas como eles estão abordando a história local em suas aulas de história, a quais dificuldades encontram e a quais os

materiais didáticos em que se baseiam para organizarem os conteúdos a serem ministrados por meio do componente curricular municipal.

A partir da definição do problema de pesquisa, foram realizadas, junto aos educadores, três aulas-oficinas para instrumentalizá-los com relação às temáticas referentes à história local, a memória e o patrimônio em suas relações com a história do município de Igarapé-Açu.

Barca (2004), ao dialogar sobre o modelo de aula-oficina, defende o pressuposto de um ensino de História orientado para o desenvolvimento da instrumentalização docente como essencial, especificamente quanto ao direcionamento da turma, em um processo articulado que parte das atuais propostas curriculares para o ensino básico e o secundário.

Métodos qualitativos também foram usados para analisar as respostas obtidas mediante questionários aplicados aos docentes. Esse tipo de procedimento é perceptível quando se coletam os dados por meio da observação, do relato e da entrevista, o que se justifica em razão de uma dinâmica entre o mundo e o sujeito não traduzida por números. Pesquisar qualitativamente é analisar, observar, descrever e realizar práticas interpretativas de um fenômeno a fim de compreender seu significado. Dessa forma, trata-se de um processo adaptado – ou seja, não padronizado ao objeto de estudo –, que possui caráter comunicativo, estando inserido no contexto de métodos e técnicas que respaldam um caráter processual e reflexivo.

A Pesquisa quantitativa é uma classificação do método científico que se utiliza de diferentes técnicas estatísticas para quantificar opiniões e informações para um determinado estudo. Além disso, ela é aplicada e realizada para se compreender e enfatizar o raciocínio lógico e todas as informações que se possam mensurar sobre as experiências humanas.

Segundo Gil (2006), as pesquisas quantitativas consideram que tudo possa ser contável, ou seja, as informações decorrem de um trabalho que envolve a classificação e a análise de números. Entretanto, a pesquisa histórica quantitativa apresenta limitações quanto ao tempo necessário para obtenção dos dados em relação a determinados objetos de pesquisa, pois é difícil prevê-lo.

Enquanto isso, a pesquisa qualitativa, para Merriam (1998), envolve a obtenção de dados descritivos na perspectiva da investigação crítica ou interpretativa. Dessa forma, possibilitam-se estudos tanto sobre as relações humanas nos mais

diversos ambientes, quanto sobre a complexidade de um determinado fenômeno, a fim de que se possa refletir a respeito do sentido de fatos e acontecimentos.

Diante das considerações sobre a importância dessas metodologias, esta dissertação estrutura-se em seis capítulos. Essa segmentação tem a finalidade de evidenciar as seguintes etapas de condução da pesquisa: a análise bibliográfica a respeito de teorias e conceitos que discutem história local, história oral, identidade e memória; a pesquisa bibliográfica e a histórica do lócus de pesquisa; e, por fim, a construção e a implantação da disciplina história e identidade cultural de Igarapé-açu, a partir da alteração da matriz curricular municipal; a apresentação da proposta de uma sequência didática com o intuito de contribuir para o ensino da história local e oral do município de Igarapé-Açu.

Em vista disso, esta introdução consiste no primeiro capítulo. No segundo capítulo, estabelecemos um diálogo com autores que se ocupam em discutir sobre a importância do ensino de história local nas séries iniciais do ensino fundamental menor.

No terceiro capítulo, abordamos uma pesquisa acerca do potencial historiográfico do município de Igarapé-Açu, lócus da pesquisa, como forma de embasar a escrita da dissertação.

Já no quarto capítulo, destacamos a implementação da disciplina História e Identidade Cultural de Igarapé-Açu a partir da resolução nº 006/2022.

Para o quinto capítulo, abordamos a sequência didática (que pode ser consultada no apêndice D), como produto didático-pedagógico e norteador do Ensino de História local na Escola Cícera Lima do Nascimento. Por fim, no sexto capítulo, apresentamos as considerações finais deste trabalho

2 APORTE TEÓRICOS E OS CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS

Os estudos, leituras e escritas a respeito da história local como meio de construção do sujeito tem ganhado uma grande importância. Por meio dela, uma identidade é construída; a história de um povo é conhecida; os lugares de memórias passam a ser vistos com um informativo histórico; os patrimônios materiais e imateriais deixam de ser apenas locais de visitação, fotografias e passatempo. A história local, ao ser usada como metodologia de ensino da história, contribui de forma direta para compreender a construção histórica do sujeito.

Ademais, o ensino da história local não deve estar associado apenas ao local como espaço geográfico ocupado pelo sujeito. É necessário ir além dessa restrição, ultrapassando os limites físicos e agregando valores, costumes, tradições e novas interpretações, pois quem produz a história dos lugares são os próprios sujeitos.

Essa perspectiva mais abrangente, no início do século XX, com a chamada Escola dos Annales, propiciou a formulação de novas abordagens. Assim, o ensino de história, incluindo a história local, para além de entendimentos mais tradicionais, pautados nos grandes heróis, nas datas comemorativas, entre outros aspectos, passou a encontrar fundamentos nas concepções da história problema, enfatizando novas abordagens históricas e novos objetos de estudos.

2.1 Historiografia de Igarapé-Açu - História Local como Objeto de Estudos história

A história é construída de forma dinâmica e cotidiana e cada indivíduo pode ser considerado um sujeito histórico, o qual faz parte da construção da história onde mora e está inserido, aproximando-o dos objetos de estudos que estão ao seu redor.

Para Silva (2022), a História Local se apresenta como um dos importantes instrumentos teórico-metodológicos nos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que o objeto de ensino se aproxima da realidade dos estudantes, contribuindo dessa forma para o processo de construção da identidade do aluno. Além disso, é fundamental que o aluno se sinta um sujeito histórico da sua realidade local e não apenas como um indivíduo que está no anonimato.

Bittencourt (2018) ressalta a importância de se estudar e ensinar a história local, pois isso possibilita ao aluno compreender e identificar que, em seu entorno, o

passado sempre está presente nos mais variados espaços de convivências, tais como: escola, casa, comunidade, trabalho e lazer. Ademais, trata-se de uma perspectiva que situa os problemas significativos da história na atualidade. Assim, não se pode perder de vista que o ensino da história local, nas séries iniciais, é de suma importância para que o aluno possa entender que a história a qual ele irá aprender não é feita apenas das narrativas dos grandes homens, mas sim de pessoas comuns.

Além do mais, é importante ter o devido cuidado para que a história local, em vez de ser reproduzida de uma forma que somente o poder local e as classes dominantes produzam narrativas, identifique e enfoque uma abordagem que crie vínculos com a memória da família, do trabalho, da migração, das festas. Nesse sentido, com os anos, esse objeto de estudo veio ganhando notoriedade por ter se tornado uma modalidade de pesquisa na qual os atores esquecidos e marginalizados que construíram a história no passado passaram a ser protagonistas.

Anteriormente a esse processo, a história local era ensinada nas séries iniciais do ensino fundamental de forma positivista e tradicional (Schmidt; Cainelli, 2004), pautada em um ensinamento voltado aos interesses políticos, pessoais e familiares. Por conseguinte, as fontes históricas só eram verídicas e confiáveis quando possuíam um caráter oficial. Assim, concebia-se o ensino de história para ser narrado de forma linear, retilíneo e progressivo.

Posteriormente a essa fase, o ensino da história local se apresenta como um ponto de partida para a aprendizagem da história e para a compreensão dos elementos culturais intrínsecos ao meio no qual o aluno está inserido. Nesse sentido, Magalhães (2019) justifica que tal abordagem possibilita ao estudante refletir sobre seus valores, suas práticas cotidianas e relacioná-los com a problemática histórica inerente a seu grupo de convivência, a sua localidade, a sua região e a sociedade nacional e mundial em que vive.

Dessa forma, para a história local, não há tempo único, mas uma diversidade de tempos histórico-sociais, que devem ser estudados com base nas realidades particulares, trabalhando com a diferença e com a multiplicidade na qual o aluno está inserido.

No Brasil, essa forma de abordar a história já tem uma longa trajetória, a qual remonta à década de 1930, quando se tornou uma disciplina educacional obrigatória, por meio da normativa “Referências Curriculares e de Instruções Metodológicas”. De acordo com Fonseca,

Assim, a proposta do ensino de história passa a valorizar a problematização, a análise e a crítica da realidade, transformando professores e alunos em produtores de história e conhecimento em sala de aula, tornando todos “sujeitos históricos” do cotidiano (2005, p.89).

Nesse período da história brasileira denominado Era Vargas (1930-1945), o ensino de história estava pautado no intuito de abrir um caminho para uma educação voltada à formação de um cidadão mais crítico e consciente. Essas características educacionais se destacam nesse contexto por uma questão política, social e econômica pela qual o Brasil estava passando; pois o governo estava adotando uma política industrial desenvolvimentista, e a educação precisava preparar os estudantes para o mercado de trabalho. Vidal (2003), no seu livro *Escola Nova e processo educativo*, enfatiza esse processo de adesão a um ensino de história voltado a atender aos interesses do governo brasileiro. Já nas décadas de 40 e 50, com a reforma educacional de Gustavo Capanema, os professores passam a ter autonomia para desenvolver uma metodologia de ensino de história aliando teoria e prática no estudo e no ensino da história local (Vidal, 2003).

Posteriormente, na década de 70, em virtude de uma nova conjuntura política no país, ocorre uma reforma curricular na educação. Estabeleceu-se a disciplina de Estudos Sociais, em substituição à de história e geografia, passando a história local a ser ensinada na forma de descrição linear e cronológica. Por conseguinte, dificultaram-se os ensinamentos de noções de tempo, lugar e espaço para os alunos, principalmente das séries iniciais da educação básica (Bittencourt, 2018).

A partir do processo de redemocratização do Brasil, com o fim da ditadura militar, houve o fim da disciplina Estudos sociais, com o retorno de forma individual das disciplinas história e geografia, que passaram a estar interdisciplinarmente vinculadas a outros campos de conhecimento. (Fonseca, 2009).

Sendo assim, na década de 1980, diante desses processos de redemocratização e organização, há a implantação dos conteúdos da disciplina história para a educação infantil. Nesse contexto, é possível observar uma perspectiva de ensino de história que vem traçar vários mecanismos como o estabelecimento de comparações e a constatação de semelhanças, permanências, rupturas e alterações tanto no próprio espaço do aluno quanto em outros espaços próximos e distantes, em diferentes tempos históricos (Fonseca, 2009).

Dessa forma, segundo Noronha (2007), o ensino de história foi ampliado, dando espaço para o ensino da história local, levando o aluno a ter uma noção de um referencial analítico para compreender a dinâmica social na qual ele está inserido. Dessa forma, busca-se incentivar que o estudante desempenhe o papel de sujeito de pesquisa, isto é, alguém que atua na construção de novos conhecimentos, não se limitando aos ensinamentos – os quais não são únicos, nem incontestáveis – que os professores lhes repassam.

Nesse processo, o professor tem papéis fundamentais tanto de mediador quanto de orientador. Isso implica as incumbências de aprofundar conhecimentos e ampliar criticidade do aluno, usando diversas fontes de leitura e pesquisa, cujos conteúdos devem ser trabalhados de forma contextualizada, conforme o momento histórico.

Desta forma, Rocha (2003) justifica a importância do professor ao assim afirmar:

é preciso que os professores tenham bem claro o papel da história no currículo escolar, para que ocorra uma renovação na prática educativa, pois o profissional de história, deve relacionar acontecimentos do passado com o do cotidiano do aluno (Rocha, 2003, p.7).

Para ensinar história local, é necessário dar voz aos sujeitos que estão excluídos e marginalizados dos conteúdos ensinados. Além disso, ensinar este conteúdo nas séries iniciais do ensino fundamental não é substituir o ensino da história Geral e do Brasil, mas sim mostrar aos alunos que as localidades nas quais eles estão inseridos também possuem história e que eles precisam conhecê-la e transmiti-la. O local tem e sempre teve funções didáticas importantes no ensino de história, as quais devem ser aproveitadas e potencializadas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) contribuem de forma significativa para as bases legais do ensino da história local nas séries iniciais da educação básica. Esse documento apresenta características, possibilidades, relações, reflexões, concepções a respeito das temporalidades e da construção de noções das múltiplas dimensões temporais aos alunos, o que contribui para uma intervenção nas relações cognitivas e sociais.

No que diz respeito ao ensino de História no primeiro e no segundo ciclo do Ensino Fundamental, os PCNs enfatizam a importância de se introduzir a história local

nos currículos escolares, a fim de destacar que “[...] é a partir do local que o aluno começa a identificar e valorizar sua identidade e a se tornar membro ativo da sociedade civil, no sentido de que faz prevalecer seu direito de acesso aos bens culturais” (Brasil, 1997, p. 34).

Ainda de acordo com esse documento:

O ensino de história é portador da possibilidade de levar o aluno a estabelecer relações e produzir reflexões sobre culturas, espacialidades e temporalidades variadas através da construção de noções que contemplem os seus valores e os de seus grupos (Brasil, 2008, p.78).

O ensino da história local nas séries iniciais facilita a compreensão tanto das relações sociais e econômicas do lugar em paralelo com as realidades regionais, nacionais e globais quanto das realidades históricas que os cercam, as quais não são isoladas do restante do mundo. Ademais, essa abordagem pedagógica possibilita contribuir para a formação crítico-racional do aluno não apenas de forma individual, mas também coletiva, diante da realidade próxima na qual ele está estabelecido.

Ao compreender esse processo através do ensino de história local, os estudantes conseguem identificar que o tempo, o espaço, o lugar e a memória são construídos a partir das identidades culturais e sociais nas quais eles estão inseridos. Essas noções que se formam, ao estarem presentes na estrutura pedagógica e metodológica, são basilares na orientação dos alunos das séries iniciais a terem uma reflexão crítica da realidade local.

Além disso, essa abordagem pedagógica contribui de forma direta para a descoberta das suas identidades e também na identificação dos grupos sociais nos quais eles estão inseridos. Isso possibilita a compreensão do entorno, de modo que permita ao educando identificar passado e presente nos vários espaços de convivências: a rua onde moram, a casa dos seus avós, a praça onde eles gostam de brincar, os quintais onde colhem as frutas que gostam de comer, a igreja e a escola a qual ele frequenta.

Atrelado a essas e a outras características, o ensino de história local perpassa também pelo conceito de memória, uma vez que “o local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas” (Fonseca, 2009, p. 117). Nesse sentido é importante diferenciar a memória individual, formada a partir de nossas lembranças e percepções sobre o passado, e a memória coletiva,

formada nas intersecções entre as memórias individuais, ou seja, esta baseia-se nos “relatos compartilhados, todo um imaginário que faz ressoar em cada um os mesmos significados, as mesmas sensações, o que nos permite viver em nós, distinguindo-nos dos outros” (Rosa, 2007, p. 56).

De acordo com Saviani (2022), em relação ao contexto brasileiro, percebe-se que há uma diversidade de modos de pensar, refletir e ensinar a história local. Logo, não há um único nem mesmo um conhecimento histórico único ou exclusivo, mas sim realidades e entendimentos distintos, inclusive locais. Portanto, esses saberes podem ser compreendidos de modos amplos e diversificados.

2.2 O Ensino de História Oral nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Para o historiador Thompson, “A história oral foi instituída em 1948 como uma técnica moderna de documentação histórica, quando Allan Nevis, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de personalidades importantes da história norte-americana” (Thompson, 2002, p. 89). Esse estudioso enfatiza que a história oral – cujo caráter é interdisciplinar por permear e transcender todas as barreiras das disciplinas – é construída em torno das pessoas, da interpretação da história e das mudanças ocorridas nas sociedades e nas culturas por meio de relatos orais em que são reativadas as lembranças e acionadas as experiências captadas pela audição de quem está registrando a entrevista.

A história oral é uma metodologia utilizada para escrever a história dos homens desde a antiguidade, a exemplo dos gregos, os quais usavam os relatos, as narrativas orais para a produção do conhecimento científico (da Costa, Longo, Barroso, 2016. P.152). Para Delgado (2006), a chamada história oral é

um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, especiais, conflituosas, consensuais (Delgado, 2006, p. 15).

Atualmente, a história oral vem ganhando maior notoriedade. Diversos trabalhos e pesquisas individuais ou coletivas procuram mostrar a evolução dela como método de ensino e como produção historiográfica contemporânea dotada de caráter teórico, interdisciplinar e metodológico (Amado; Ferreira, 2006, p. 43).

A história oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista – principal manifestação entre um conjunto de fontes orais – e outros procedimentos articulados entre si. Deles resulta o registro de narrativas da experiência humana (Freitas, 2006, p. 19), cuja importância consiste na democratização da escrita de suas histórias por pessoas que não são historiadoras. Essa atividade ajuda na definição de identidade, além de se fundamentar em um método interdisciplinar.

Durante muito tempo, a história oral como metodologia despertou pouco interesse entre os historiadores. Isso pode ser explicado pela grande resistência à incorporação dela ao universo da pesquisa e à possibilidade de usá-la como fonte histórica, devido às desconfianças que os historiadores tinham do seu uso como fonte. Porém, à medida que os estudos na área avançaram e se desenvolveram, as desconfianças foram mudando.

O primeiro ciclo de expansão do que se chamou história oral privilegiou o estudo da elite e atribuiu a esse método a tarefa de preencher as lacunas do registro escrito através da formação de arquivos com fitas transcritas. Com o tempo e a ampliação das pesquisas, ocorreu uma valorização das investigações sobre o passado recente e do estudo das visões de mundo de vários grupos sociais, os quais viviam marginalizados, silenciados e excluídos. Agora, eles saíram da “clandestinidade” e vieram compor a história como um todo.

Além disso, as possíveis distorções dos depoimentos deixaram de ser consideradas um problema para serem encaradas como uma nova maneira de se ensinar história sem a desqualificação do processo. É importante ressaltar que se começou a pensar a história oral a partir dos membros da primeira geração dos Annales, Lucian Fevbre e March Bloch, ou seja, a partir da sua problemática e não mais de uma noção pautada na verdade absoluta e objetiva.

Dessa forma, a partir de 1929, quando surgiu a primeira publicação da revista dos Annales, ocorre uma ampliação dos debates referentes aos estudos sobre a história oral. Nesse trabalho, cujos criadores são considerados Bloch e Fevbre, passou-se a colocar o homem, o sujeito histórico, como construtor da sua identidade, quebrando as objeções dos críticos sobre a subjetividade.

Os estudos sobre história a partir das Revistas dos Annales contribuiu para o desenvolvimento das pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais. Nessa circunstância, a história tradicional e positivista foi perdendo espaço, mas não extinta.

Ainda assim, novas fontes e temas foram destacados, em virtude de a história problema ganhar notoriedade em oposição à história clássica e tradicional.

Com essa visão de uma história problemática, houve a possibilidade de novos estudos e o surgimento de novas fontes, contribuindo para o advento de uma nova historiografia, que se preocupou em analisar os mais diversos assuntos, desprendendo-se da história tradicional. Sendo assim, de acordo com esse contexto, o ensino da história oral se torna possível, pois:

Ao superarmos a máxima de que “sem documento não há história” -, e, no caso de tal dogma, “documento” era o que estava escrito e autenticado -, ampliamos, nós os historiadores, o campo de nossas possibilidades de leitura e de interpretação do tempo histórico (Fenelon, 1996, p. 26).

A partir da Escola dos Annales, diversas áreas das ciências humanas – a saber: História, Sociologia, Antropologia, Linguística, Psicologia, entre outras – têm sistematicamente utilizado a história oral. Essa área do conhecimento, para Bergson (1910), é a compreensão do ser humano e como ele a representa, sendo um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. Para Thompson (2002), essa temática é tão antiga quanto a história, sendo a história oral a primeira forma de difusão de saberes utilizada pelos gregos, pois Heródoto ouvia os testemunhos do seu tempo, e já usavam essa metodologia como forma de comunicação e como meio de transmissão de conhecimentos.

No entanto, com o surgimento da escrita, as sociedades dos séculos XVII e XIX enfatizaram o uso das fontes escritas, sendo os elementos das tradições orais e das memórias esquecidos. No entanto, no século XX, com a Escola dos Annales, movimento iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, os historiadores desse grupo apontaram para a necessidade de a História se dedicar menos aos acontecimentos, aos heróis e à cronologia dos fatos e buscar valorizar novas fontes de conhecimento e um ensino de história pautado na história problema.

Assim, a história oral volta a ter notoriedade e destaca-se por apresentar novos paradigmas historiográficos. Logo, a história metódica, o positivismo, as ideias filosóficas do materialismo histórico-dialético vão dar espaço para uma história problema, que passa a contestar os protótipos da história tradicional.

De acordo com Montenegro (1997):

Sendo assim, em lugar de uma história política, propõem-se um estudo cultural e social; em lugar do documento oficial como arauto supremo da verdade, permite-se o uso de outras fontes; da história dos heróis e das narrativas dos grandes acontecimentos passa-se à história de hereges e rebeldes (Montenegro, 1997 p. 207).

Segundo o autor, a história oral passa a ter outra conotação, não se baseando mais em um ensino caraterístico das tradições orais, mas sim em um ensino voltado para a realidade do aluno e dos sujeitos históricos que estavam invisibilizados, dando espaço para um ensino de história subjetivo e cheios de múltiplas verdades.

A história oral, pode ser dividida em três gêneros distintos: a tradição oral, a história de vida e a história temática. Nessa divisão, a tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho que transmite verbalmente narrativas de uma geração para outra; a história de vida pode ser considerada um relato autobiográfico, em que é feita a reconstituição do passado, efetuado pelo próprio indivíduo sobre o próprio indivíduo; a história temática, a mais comum nessa tradição, destaca-se por enfatizar a entrevista, por ter um caráter temático e ser realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico (Freitas, 2006, p.20).

A primeira experiência da História Oral como uma atividade organizada é de 1948, quando o Professor Allan Nevis lançou o The Oral History Project, na Columbia University, em Nova Iorque. Essa obra é uma coleção de entrevistas que ele fez, utilizando o gravador de fitas, com soldados que retornaram da segunda guerra mundial – ocorrida entre os anos de 1939 e 1945 –, com alguns refugiados e com sobreviventes dos campos de concentração.

A expansão da História Oral nos Estados Unidos deu-se no final dos anos 60 e início dos 70. Hoje ela está consolidada em diversos países, como Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, Canadá, França, entre outros, fazendo parte do currículo escolar nos diferentes níveis de aprendizado.

Já a estruturação da história oral no Brasil começou a se desenvolver no final da década de 1950 para 1960, estabelecendo novos métodos de estudos e pesquisas. Ela se tornou uma ferramenta de valorização de determinados grupos sociais marginalizados e uma atividade de pesquisa na educação básica, colocando o aluno como protagonista na construção da sua identidade e na escrita da sua história. Para isso, incentivou-se a análise de diversas fontes históricas, além dos documentos oficiais, dos livros didáticos e da realidade por eles vivenciadas.

Apesar da dimensão que a História Oral tem atingido no debate sobre as tendências da historiografia brasileira contemporânea, há ainda grupos de pesquisadores que não a aceitam pela seletividade, alegando também a falibilidade das fontes orais. Essa resistência parte de alguns pesquisadores dentro dos grandes centros acadêmicos e está ligada a alguns fatores, dentre eles, as academias que surgiram da influência da historiografia francesa, seguindo pressupostos do positivismo. Além disso, grande parte da teoria da História Oral está escrita em inglês e ainda não foi traduzida para a língua portuguesa.

Dessa forma, é importante frisar que, apesar de não ser completamente aceita, os trabalhos que a utilizam vêm ganhando relevância significativa, pois a história oral adquiriu um novo *status*, devido aos novos significados atribuídos aos depoimentos, às histórias de vida, às biografias.

Com a chegada de novas tendências teóricas metodológicas, como a Nova História, a qual – dedicada, sobretudo, à história do cotidiano e das mentalidades – mostrou-se como alternativa para a escrita de uma história vista de baixo, além da história problema e do cotidiano.

Essa forma de se ensinar a ampliar os estudos referentes à história local, aparecem a partir do fim do regime militar no Brasil, que esteve no controle político, social, econômico e principalmente educacional da nossa nação. Durante esse período, os ensinamentos eram de cunho positivista, cívico e militar, sendo o Estado responsável por controlar a forma como a história, seja ela local ou oral, seria ensinada aos alunos.

A História Oral, na qualidade de recurso didático, fornece documentação para reconstruir o passado recente, pois o contemporâneo é também história. Portanto, trata-se de um método que legitima a história do presente, ainda que a história tenha sido, durante muito tempo, relegada ao passado.

Como diz Walter Benjamin (1980), a História Oral se destaca por privilegiar a voz dos indivíduos comuns e não apenas dos grandes homens. Dessa forma dá a palavra aos esquecidos ou “vencidos” da história, pois qualquer um de nós é um personagem histórico.

O ensino da história oral enfrenta vários desafios para ser implementado. Algumas barreiras observáveis, principalmente na educação básica, são a secundarização do ensino, a diminuição da carga horária e a falta de um material didático adequado. Ademais, há resquícios da história tradicional que ainda estão

presentes em alguns livros didáticos usados por alguns professores como meio de se ensinar história.

Diante de todo esse processo de uma revisão das posturas historiográficas, é preciso vencer os limites livrescos e quebrar a resistência às novas fontes documentais, novas técnicas, linguagens e suportes. Tanto a história local quanto a história oral, aplicadas e usadas como recursos didático-metodológicos em sala de aula pelos professores pedagogos da educação básica, contribuem de forma direta para que os alunos, através de uso de novas fontes históricas – como cartas, poemas, certidões, imagens, fotografias, filmes, diários, relatos, estórias –, possam assim conhecer a sua história e entender que eles são sujeitos históricos dela.

Portanto, Freitas acrescenta:

A maior potencialidade deste tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico. Consequentemente, reativa o conflito entre liberdade e determinismo ou entre estrutura social e ação humana (2006).

A autora é bem enfática quando nos apresenta a importância de se estudar e de conhecer a história oral, pois é uma metodologia de abrangência multidisciplinar que, por apresentar essa característica, contribui para que os alunos das séries iniciais se conheçam como sujeitos históricos da sua própria história.

Sendo assim, esta dissertação tem uma relação direta com o meu processo de formação, pois sou professor de história desde 2008, e escrevê-la é uma forma de mostrar, através das próximas linhas, como o meu lócus de pesquisa contribui para isso. Fruto do sistema educacional público, iniciei a vida escolar no ano de 1984, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Cícera Lima do Nascimento. Em virtude disso, criei com a escola um grande laço afetivo, pois foi onde fui alfabetizado.

Saindo da Escola Cícera Lima, como é conhecida, passei por várias escolas do município em que resido, Igarapé-Açu, cursando o ensino fundamental. No ano de 1996, formei-me no Magistério e, no ano de 2004, passei no vestibular da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA (Campus Belém), para cursar Licenciatura em História. Foi um período de muito aprendizado e dedicação, pois tinha que trabalhar e estudar. O curso de licenciatura em História ajudou a aprimorar minha prática pedagógica e contribuiu com o meu crescimento profissional.

No ano de 2008, prestei concurso público para os municípios de Igarapé-Açu e Nova Timboteua e para a Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC/PA, sendo aprovado nos três. Contudo, o primeiro concurso a convocar e lotar os professores aprovados foi o de Igarapé-Açu, ocasião em que fui lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Cícera Lima do Nascimento. Em razão disso, tenho uma grande relação de afetividade com a referida escola, o que me levou a torná-la o meu lugar de pesquisa. Diante dos acontecidos, a minha pesquisa na referida escola ocorreu a partir dos estudos de fontes escritas bibliográficas, análise de questionários com perguntas semiestruturadas e entrevistas com algumas professoras do período durante o qual eu fui aluno da escola citada acima.

A aplicação da entrevista como metodologia para o desenvolvimento, pesquisa e escrita da minha dissertação partiu de um processo investigativo quanto à origem da Escola Cícera Lima. Para isso, foi fundamental o bate-papo com a professora Maria de Lurdes.

A docente foi a primeira professora a lecionar para os alunos do Bairro da Coreia, onde a escola está situada, tendo sido fundada no ano de 1977. A entrevista foi feita através de perguntas, via *whatsapp*, e respondidas por meio de áudios, pois a professora não mora mais no município de Igarapé-Açu, uma vez que está aposentada e atualmente mora no município de São Miguel do Guamá. Ademais, por motivos de doença, não pode me receber presencialmente.

Dentre as várias perguntas que eu fiz para a professora Maria de Lurdes, algumas delas são: como surgiu a ideia de ela criar uma escola no bairro da Coreia? De quem partiu a iniciativa, isto é, quem foram os protagonistas que lutaram para a criação da Escola? Como a senhora se insere nesse contexto? Segundo ela, havia uma necessidade de alfabetizar as crianças desse bairro que eram carentes, cujos pais eram agricultores.

Diante da situação, ela saiu pelo bairro matriculando as crianças, porém não havia um espaço para a docente lecionar, foi quando um senhor do bairro cedeu uma sala da sua casa para que a professora Maria de Lurdes iniciasse o processo de ensinar as crianças as quais ela havia matriculado.

Com a inserção da professora nesse contexto, o número de crianças matriculadas passou a aumentar e ela teve que recorrer ao prefeito da época para se construir uma escola municipal no bairro da coreia, para poder atender as demandas

de alunos matriculados. Além disso, houve muitos relatos e histórias contadas pela professora Maria de Lurdes.

A outra entrevistada foi a professora Tereza da Conceição, a qual me recebeu de forma muito generosa em sua residência. Ela, que também se encontra aposentada, teve um importante papel no processo da educação das crianças do bairro da coreia na Escola Cícera Lima, tendo destacado em sua entrevista o quanto se preocupava em alfabetizar os seus alunos, ensinando-lhes a ler e escrever.

Segundo a professora, os recursos didáticos e o salário recebido eram poucos, mas isso não tirava sua vontade de alfabetizar, pois o que importava para ela era ter uma boa relação com seus alunos e vê-los lendo e escrevendo. Foi uma entrevista emocionante.

A Professora Ana Inês também foi uma das minhas entrevistadas, tendo me recebido em seu ambiente de trabalho. Ela atualmente é professora do município, mas não está mais em sala de aula, integrando o corpo técnico da Escola Municipal Antônio Augustinho Abdoral Lopes.

Ela trabalhou na Escola Cícera Lima, no período de 1980 até 1988, quando eu tive o privilégio de ser seu aluno. Durante a entrevista, a professora me relatou que ministrava aula pelo projeto Casulo¹, cuja iniciativa é do governo federal, tendo havido adesão pelo governo do Estado do Pará e pelo gestor municipal de Igarapé-Açu.

Além disso, a docente destacou também na sua entrevista que crianças desse período eram mais comportadas, mais respeitosas. Elas ouviam mais, faziam menos perguntas referentes às aulas, mas esse comportamento ajudava mais no processo de aprendizagem.

Ainda de acordo com a entrevista, a professora Ana Inês enfatizou a participação dos pais dos alunos na contribuição de ações voltadas para a escola como reuniões, festas, brincadeiras e isso ajudava muito nas relações e também no ensino das crianças.

Ao final das entrevistas, perguntei para elas quanto ao ensino da história local e da história oral. As professoras Maria de Lurdes e Tereza da Conceição, responderam que não trabalham essa disciplina, pois não faziam parte do currículo

¹ Pela destinação de seus recursos financeiros, o Projeto Casulo bem poderia ser entendido como um programa de alimentação, que visava cobrir parte da dieta diária de crianças de 0 a 6 anos das classes populares, por meio de creches. No entanto, na história da LBA, o Projeto Casulo significou uma mudança de estratégia na condução das ações destinadas a assistir a população infantil pobre e desnutrida.

escolar. A preocupação do modelo educacional desse período era alfabetizar as crianças, ensinando-as a ler, escrever e respeitar as regras de convivência. Além disso, os alunos delas participavam apenas de atividades organizadas pela prefeitura do município e de datas comemorativas. Já a professora Ana Inês tinha uma preocupação de, além de alfabetizar as crianças, tratar sobre datas específicas, como a semana da pátria e o aniversário do município. Ela montava um roteiro para levar seus alunos aos lugares de memórias de Igarapé-Açu.

2.3 O Despertar da Memória e da Identidade para o Conhecimento

A memória tornou-se uma grande vertente para os estudos históricos, consolidando-se no século XX, em diálogo com as ciências biológicas e sociais, como a sociologia e psicologia. Reconhecer sua importância como meio constituidor e fator essencial para a formação da identidade se faz necessário.

A memória e a identidade, por serem uma complexa dialética, têm sido objeto de estudos de inúmeros trabalhos. A grande maioria de pesquisadores e estudiosos desses campos de conhecimentos enfatizam a importância delas para a compreensão dos fenômenos humanos e sociais, pois os estudos dessa complexa dialética estão ligados com as ciências humanas e sociais.

A memória toca todos os sentidos das experiências humanas. Nas sociedades clássicas, ela estava ligada diretamente à história, pois história e memória não se diferenciavam, caracterizando um sentido de pertença e de identidade cultural para os gregos, sendo ela para eles apenas fontes históricas.

Os estudos sobre a memória são recentes. Somente a partir do século XX, torna-se alvo da investigação científica dos historiadores que tentam entender de que maneira as sociedades lembram o passado.

Segundo Nora (1984), a memória e a história estão longe de serem sinônimos, pois aquela é carregada por sujeitos históricos vivos, sempre em constante evolução, sendo um fenômeno atual e um elo vivido no eterno presente. Esta, por sua vez, é a reconstrução sempre problemática e incompleta de tudo o que deixou de existir, demandando sempre análise e discurso crítico.

Halbwachs (1968), na sua obra *Memória Coletiva* (1968, p. 97), destaca os diferentes pontos que ajudam na estruturação da nossa memória. Segundo o autor, em relação à memória coletiva, numa perspectiva construtiva, não se trata mais de

lidar com os fatos, mas sim de analisar como esses fatos se tornaram objetos de estudos e como eles estão sendo consolidados dentro de um contexto de duração e instabilidade.

Em apoio a essa ideia de Halbwachs (1968), a autora Bosi (1994) justifica que a memória individual consolida as lembranças através das relações sociais, que as reativa e assim também recebe interferências das mais variadas lembranças que estão no seu grupo social, pois nunca estamos sozinhos.

A memória é uma das maiores fontes de dominação e legitimação de poder, caracterizando-se pelos seus grupos dominantes, que impõem suas visões e concretizações através de uma memória de subordinação e dominação, enquanto aos vencidos resta o esquecimento e a exclusão social.

Para Le Goff:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder (Le Goff, 2003, p. 469-470).

A memória, como ação de despertar para um acontecimento do passado, faz-se a partir de uma lembrança ou de algo que esteja ligado ao que está sendo discutido. Essas memórias podem ser individuais ou coletivas.

Le Goff assim explicita:

É inegável o valor da memória para o entendimento da história nas novas perspectivas do estudo como ciência em construção, pois “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (Le Goff, 1990 *apud* Bittencourt, 2003).

A memória também é coletiva, sendo um campo da ciência social marcada pela interação com os indivíduos da mesma sociedade ou de diversos grupos sociais. Nela, o aspecto do coletivo e do individual através dos acontecimentos e vivências contribuem para que os fatos acorridos não se percam com o passar do tempo, uma vez que as narrativas, de forma coletiva, rememoram acontecimentos e lembranças que acabam trazendo o passado para o presente. Dessa forma, mesmo que despertada para voltar ao tempo, a memória – por ser a história que arquiteta o futuro – sempre é atual.

A memória coletiva confirma que existe a necessidade de comunidades afetivas para a continuidade das memórias dos seus grupos, para que não sobrevenha o apagamento ou esquecimento.

Os elementos constitutivos da memória vão além dos diferentes pontos de referência, como os monumentos, os patrimônios arquitetônicos, as tradições, os costumes, o folclore, a música e as tradições juninas.

Relacionadas a esse processo das memórias estão as lembranças, sendo elas responsáveis por recuperarmos a consciência de acontecimentos anteriores. Distinguimos ontem de hoje e confirmamos que já vivemos um passado, pois elas serão constituídas por meio das interações e pertencimento aos grupos. Assim sendo, a memória coletiva será a memória de um grupo.

Halbwachs (1968) acreditava que:

As lembranças individuais não existem isoladamente, mas não construídas e compartilhadas dentro de um contexto social. [...], nossas memórias são moldadas por nossas interações com outras pessoas, instituições e grupos sociais dos quais fazemos parte. Nossas lembranças são influenciadas pelos valores, crenças e narrativas compartilhadas pela sociedade em que vivemos. (Halbwachs, 1968, p. 73)

Além das lembranças, estão as subjetividades que também compõem a memória, a qual é a representação da realidade – tomando como referência o passado, os processos e as situações – e se encontra em constante mudança e transformações. Ademais, a memória é constituída de pessoas, personagens, lugares, acontecimentos e fatos. Apesar de se ser um acontecimento coletivo, ela também se manifesta individualmente.

Mesmo tento esse tipo de manifestação, a memória individual sempre será ligada à coletiva, pois as lembranças não se sustentam por muito tempo sem o apoio dos relatos, dos depoimentos e dos testemunhos da comunidade ou dos seus grupos.

Nora (1984) enfatiza:

a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinhas revitalizações (Nora, 1984, p. 9)

Não se deve esquecer que a memória é constituída também de personagens, além dos acontecimentos. Por isso, é necessário mostrar ao aluno das séries iniciais

do ensino fundamental que ele é um sujeito histórico importante na construção da sua memória, que está associada à identidade.

Atrelada aos meus estudos, com destaque à história local, a memória tem sua grande contribuição, por estar presente nos lugares de memórias. Esses espaços são, para Nora, construídos para lembrar que há história. Dessa forma, ela está representada nas esculturas, nos monumentos e nos patrimônios. Por meio desses locais, ocorre tanto a sinalização do passado quanto a sua produção e rememoração.

Esses espaços são criados em razão das necessidades de eternizar o passado, de lembrar para que não haja esquecimento. Além disso, eles são uma produção oficial do passado, edificados para quebrar as memórias coletivas e construir conhecimentos pautados no concreto e no científico.

Com o intuito de destacar os lugares de memória, Nora observa:

Os lugares de memórias nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1984, p. 13).

Segundo o autor, por não serem naturais, esses lugares de memórias precisam ser preservados e resguardados, com o objetivo de não deixar o passado no esquecimento. Além disso, deve-se estimular as lembranças que eles guardam, despertando “os gatilhos da memória”.

A construção da identidade se relaciona com os aspectos da memória e perpassa pela herança dos significados, levando-nos a conhecer e reconhecer como determinado processo histórico se encontra no interior de um processo ainda mais amplo. Logo, a identidade é um conceito bastante complexo de se estudar, devido à grande relação com a memória, com a qual compartilha a característica em comum de ser passível de transformações por meio das reflexões e dos contextos das ciências sociais. No caso da relação com a sociologia, a identidade vai estar ligada a um grupo no qual as características serão adquiridas; quando se trata da relação com psicologia social, é revelado que a identidade é um resultado composto por diversas combinações de totalidades contraditórias, que podem ser mutáveis ou imutáveis.

Dessa forma, a identidade, a partir dessas reflexões e contextos com as ciências sociais, vai determinar o ser, diferenciá-lo e singularizá-lo em meio às

originalidades alheias e às particularidades individuais nas quais os sujeitos históricos estão inseridos.

Stuart Hall, uma das figuras mais importantes nos debates identitários no contexto pós-moderno, afirma:

as identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares do mundo contemporâneo - num mundo em que se pode chamar de pós-colonial. Este é um período histórico caracterizado, entretanto, pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento (Hall, 2000, p. 25).

O autor ainda enfatiza três concepções a respeito das identidades dos sujeitos: o sujeito iluminista, aquele que está centrado em seu interior e, em razão disso, não possui uma identidade alterada; o sujeito sociológico, aquele que interage com o meio social, passando dessa forma a mudar a sua identidade com o mundo cultural; e o sujeito pós-moderno, composto de uma infinidade de identidades não fixas, as quais podem ser totalmente contraditórias.

Os estudos referentes a identidades são de uma grande complexidade, em virtude de que ele tenta explicar e caracterizar como o sujeito deve entender e se identificar dentro de seu processo de construção como sujeito histórico, sem perder a essência das suas origens, ancestralidade, localidade, cultura e status histórico.

As identidades estão em constantes transformações, em virtude da sua complexidade, das consonâncias e das diversas formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que estão em volta de todos nós.

Como Pollack (1992) diz, ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros.

Dessa forma, é observável o quanto o ensino de história local nas séries iniciais do ensino fundamental é importante para o processo de localização, desenvolvimento, conhecimento e aprendizagem do aluno, não apenas como sujeito histórico, mas como construtor da história na qual ele está inserido. Portanto, a relevância do trabalho que estou desenvolvendo é significativa para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental do Município de Igarapé-Açu, pois minha

pesquisa e escrita perpassam por vários autores que discutem história local, história oral, memória e identidade.

Os ensinamentos dessas teorias para os estudantes da educação básica os ajudam a entenderem que eles são protagonistas das suas histórias. Além disso, contribui de forma direta para a construção das suas identidades, em virtude das recordações, das lembranças e dos lugares de memórias, os quais estão ali inseridos em seus espaços familiares, educacionais, religiosos, recreativos e de convivência de forma geral.

Fazendo uma reflexão sobre a história local de Igarapé-Açu, em relação à matriz curricular que passou a adotar a disciplina história e identidade cultural, o município apresenta vários lugares de memórias. Numa perspectiva educacional, isso contribui de uma forma bastante importante para o ensino da história local, pois a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente (Delgado, 2006).

Esses lugares possuem uma rica história sobre seus processos de construção e outras informações. Ao passarem a ser vistos de forma educativa, eles fornecerão uma base para que os professores pedagogos das turmas do 5º ano da Escola Cícera Lima trabalhem com seus alunos não só a construção das suas identidades, mas também o entendimento de que esses espaços têm vida, histórias e informações que os ajudarão a compreender, entender e conhecer a história do seu município.

Dessa forma, é possível abordar espaços tais como: a ponte de ferro da extinta estrada de ferro Belém-Bragança, que foi construída no século passado e deixou como legado tanto a contribuição do escoamento da produção agrícola do nordeste paraense quanto a construção e o desenvolvimento do município de Igarapé-Açu; o mercado velho, uma construção imponente também edificada no século XX, que se situa no centro da cidade e tem uma rica história sobre o seu processo de construção e utilização pelos antepassados; a base aérea militar, construída no período da segunda guerra mundial pelos norte-americanos, que servia de apoio para pouso e decolagem dos zepelins.

Esses espaços de memórias resistem ao tempo e possuem um legado histórico muito forte. Ao serem vistos não apenas como espaços de visitação mas também de conhecimento, contribuem para o processo de ensino e aprendizagem.

Ligadas a esses espaços de memória e dotadas de grande contribuição no processo educacional das nossas crianças nas séries iniciais do ensino fundamental,

Igarapé-Açu também tem as suas manifestações históricas de caráter imaterial, como festas tradicionais, músicas, religiosidade, danças e comidas.

A memória tornou-se uma grande vertente para os estudos históricos, consolidando-se no século XX, dialogando com as ciências biológicas e sociais, como a sociologia e psicologia. Reconhecer que ela é um meio constituidor importante para a formação da identidade se faz necessário.

A memória e a identidade, por serem uma complexa dialética, têm sido objeto de estudos de inúmeros trabalhos. A grande maioria de pesquisadores e estudiosos desses campos de conhecimentos enfatiza a importância da compreensão dos fenômenos em questão, pois eles estão ligados às ciências humanas e sociais.

A memória toca todos os sentidos das experiências humanas. Nas sociedades clássicas, ela estava ligada diretamente à história, pois ambas não se diferenciavam, caracterizando um sentido de pertença e de identidade cultural para os gregos, sendo ela para eles apenas fontes históricas.

Os estudos sobre a memória são recentes. Somente a partir do século XX, torna-se alvo da investigação científica dos historiadores que tentam entender de que maneira as sociedades lembram o passado.

Segundo Nora (1984), a memória e a história estão longe de se serem sinônimos, pois a memória é carregada por sujeitos históricos vivos, sempre em constante evolução, sendo um fenômeno atual e um elo vívido no eterno presente. A história, por sua vez, é a reconstrução sempre problemática e incompleta de tudo o que deixou de existir, demandando sempre análise e discurso crítico.

Halbwachs (1968), na sua obra *Memória Coletiva* (1968, p. 97), destaca os diferentes pontos que ajudam na estruturação da nossa memória. Segundo o autor, em relação à memória coletiva, numa perspectiva construtiva, não se trata mais em lidar com os fatos, mas sim de analisar como esses fatos se tornaram objetos de estudos e como eles estão sendo consolidados dentro de um contexto de duração e instabilidade.

Apoiando essa confirmação de Halbwachs (1968), a autora Bosi (1994) justifica que a memória individual consolida as lembranças através das relações sociais, que as reativa e assim também recebe interferências das mais variadas lembranças que estão no seu grupo social, pois nunca estamos sozinhos.

A memória é uma das maiores fontes de dominação e legitimação de poder, caracterizando-se pelos seus grupos dominantes, que impõem suas visões e

concretizações através de uma memória de subordinação e dominação, enquanto aos vencidos resta o esquecimento e a exclusão social.

Para Le Goff:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder (Le Goff, 2003, p. 469-470).

A memória, como ação de despertar para um acontecimento do passado, faz-se a partir de uma lembrança ou de algo que esteja ligado ao que está sendo discutido. Essas memórias podem ser individuais ou coletivas.

Le Goff assim explicita:

É inegável o valor da memória para o entendimento da história nas novas perspectivas do estudo como ciência em construção, pois “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (Le Goff, 1990 *apud* Bittencourt, 2003).

A memória também é coletiva, sendo um campo da ciência social marcada pela interação com os indivíduos da mesma sociedade ou de diversos grupos sociais. Nela, o aspecto do coletivo e do individual através dos acontecimentos e vivências contribuem para que os fatos acorridos não se percam com o passar do tempo, uma vez que as narrativas, de forma coletiva, rememoram acontecimentos e lembranças que acabam trazendo o passado para o presente. Dessa forma, mesmo que despertada para voltar ao tempo, a memória – por ser a história que arquiteta o futuro – sempre é atual.

A memória coletiva confirma que existe a necessidade de comunidades afetivas para a continuidade das memórias dos seus grupos, para que não sobrevenha o apagamento ou esquecimento.

Os elementos constitutivos da memória vão além dos diferentes pontos de referência, como os monumentos, os patrimônios arquitetônicos, as tradições, os costumes, o folclore, a música e as tradições juninas.

Relacionadas a esse processo das memórias estão as lembranças, sendo elas responsáveis por recuperarmos a consciência de acontecimentos anteriores. Distinguimos ontem de hoje e confirmamos que já vivemos um passado, pois elas

serão constituídas por meio das interações e pertencimento aos grupos. Assim sendo, a memória coletiva será a memória de um grupo.

Halbwachs (1968) acreditava que:

As lembranças individuais não existem isoladamente, mas não construídas e compartilhadas dentro de um contexto social. [...], nossas memórias são moldadas por nossas interações com outras pessoas, instituições e grupos sociais dos quais fazemos parte. Nossas lembranças são influenciadas pelos valores, crenças e narrativas compartilhadas pela sociedade em que vivemos (Halbwachs, 1968, p. 73).

Além das lembranças, estão as subjetividades que também compõem a memória, a qual é a representação da realidade – tomando como referência o passado, os processos e as situações – e se encontra em constante mudança e transformações. Ademais, a memória é constituída de pessoas, personagens, lugares, acontecimentos e fatos. Apesar de se ser um acontecimento coletivo, ela também se manifesta individualmente.

Mesmo tento esse tipo de manifestação, a memória individual sempre será ligada à coletiva, pois as lembranças não se sustentam por muito tempo sem o apoio dos relatos, dos depoimentos e dos testemunhos da comunidade ou dos seus grupos.

Nora (1984) enfatiza:

a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinhas revitalizações (Nora, 1984, p. 9).

Não se deve esquecer que a memória é constituída também de personagens, além dos acontecimentos. Por isso, é necessário mostrar para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental que ele é um sujeito histórico importante na construção da sua memória, que está associada à identidade.

Atrelada aos meus estudos, com destaque na história local, a memória tem sua grande contribuição, por estar presente nos lugares de memórias. Esses espaços são, para Nora, construídos para lembrar que há história. Dessa forma, ela está representada nas esculturas, nos monumentos e nos patrimônios. Por meio desses locais, ocorre tanto a sinalização do passado quanto a sua produção e rememoração.

Esses espaços são criados em razão da necessidade de eternizar o passado, de lembrar para que não haja esquecimento. Além disso, eles são uma produção

oficial do passado, edificados para quebrar as memórias coletivas e construir conhecimentos pautados no concreto e no científico.

Com o intuito de destacar os lugares de memória, Nora observa:

Os lugares de memórias nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1984, p. 13).

Segundo o autor, por não serem naturais, esses lugares de memórias precisam ser preservados e resguardados, com o objetivo de não deixar o passado no esquecimento. Além disso, deve-se estimular as lembranças que eles guardam, despertando “os gatilhos da memória”.

A construção da identidade se relaciona com os aspectos da memória e perpassa pela herança dos significados, levando-nos a conhecer e reconhecer como determinado processo histórico se encontra no interior de um processo ainda mais amplo. Logo, a identidade é um conceito bastante complexo de se estudar, devido à grande relação com a memória, com a qual compartilha a característica em comum de ser passível de transformações por meio das reflexões e contextos das ciências sociais. No caso da relação com a sociologia, a identidade vai estar ligada a um grupo no qual as características serão adquiridas; quando se trata da relação com psicologia social, é revelado que a identidade é um resultado composto por diversas combinações de totalidades contraditórias, que podem ser mutáveis ou imutáveis.

Dessa forma, a identidade, a partir dessas reflexões e contextos com as ciências sociais, vai determinar o ser, diferenciá-lo e singularizá-lo em meio às originalidades alheias e às particularidades individuais nas quais os sujeitos históricos estão inseridos.

Stuart Hall, uma das figuras mais importantes nos debates identitários no contexto pós-moderno, afirma:

as identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares do mundo contemporâneo – num mundo em que se pode chamar de pós-colonial. Este é um período histórico caracterizado, entretanto, pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento (Hall, 2000, p. 25).

O autor ainda enfatiza três concepções a respeito das identidades dos sujeitos: o sujeito iluminista, aquele que está centrado em seu interior e, em razão

disso, não possui uma identidade alterada; o sujeito sociológico, aquele que interage com o meio social, passando dessa forma a mudar a sua identidade com o mundo cultural; e o sujeito pós-moderno, composto de uma infinidade de identidades não fixas, as quais podem ser totalmente contraditórias.

Os estudos referentes a identidades são de uma grande complexidade, em virtude de que ele tenta explicar e caracterizar como o sujeito deve entender e se identificar dentro de seu processo de construção como sujeito histórico, sem perder a essência das suas origens, ancestralidade, localidade, cultura e status histórico.

As identidades estão em constantes transformações, em virtude da sua complexidade, das consonâncias e das diversas formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que estão em volta de todos nós.

Como Pollack (1992) diz, ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros.

Dessa forma, é observável o quanto o ensino de história local nas séries iniciais do ensino fundamental é importante para o processo de localização, desenvolvimento, conhecimento e aprendizagem do aluno, não apenas como sujeito histórico, mas como construtor da história na qual ele está inserido. Portanto, a relevância do trabalho que estou desenvolvendo é significativa para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental do Município de Igarapé-Açu, pois minha pesquisa e escrita perpassam por vários autores que discutem história local, história oral, memória e identidade.

Os ensinamentos dessas teorias para os estudantes da educação básica os ajudam a entenderem que eles são protagonistas das suas histórias. Além disso, contribui de forma direta para a construção das suas identidades, em virtude das recordações, das lembranças e dos lugares de memórias, os quais estão ali inseridos em seus espaços familiares, educacionais, religiosos, recreativos e de convivência de forma geral.

Fazendo uma reflexão sobre a história local de Igarapé-Açu, em relação à matriz curricular que passou a adotar a disciplina história e identidade cultural, o município apresenta vários lugares de memórias. Numa perspectiva educacional, isso

contribui de uma forma bastante importante para o ensino da história local, pois a memória e uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente (Delgado, 2006).

Esses lugares possuem uma rica história sobre seus processos de construção e outras informações. Ao passarem a ser vistos de forma educativa, eles fornecerão uma base para que os professores pedagogos das turmas do 5º ano da Escola Cícera Lima trabalhem com seus alunos não só a construção das suas identidades, mas também o entendimento de que esses espaços têm vida, histórias e informações que os ajudarão a compreender, entender e conhecer a história do seu município.

Dessa forma, é possível abordar espaços tais como: a ponte de ferro da extinta estrada de ferro Belém-Bragança, que foi construída no século passado e deixou como legado tanto a contribuição do escoamento da produção agrícola do nordeste paraense quanto a construção e o desenvolvimento do município de Igarapé-Açu; o mercado velho, uma construção imponente também edificada no século XX, que se situa no centro da cidade e tem uma rica história sobre o seu processo de construção e utilização pelos antepassados; a base aérea militar, construída no período da segunda guerra mundial pelos norte-americanos, que servia de apoio para pouso e decolagem dos zepelins.

Esses espaços de memórias resistem ao tempo e possuem um legado histórico muito forte. Ao serem vistos não apenas como espaços de visitação mas também de conhecimento, contribuem para o processo de ensino e aprendizagem.

Ligadas a esses espaços de memória e dotadas de grande contribuição no processo educacional das nossas crianças nas séries iniciais do ensino fundamental, Igarapé-Açu também tem as suas manifestações históricas de caráter imaterial, como festas tradicionais, músicas, religiosidade, danças e comidas.

3 HISTÓRIA LOCAL NOS ANOS INICIAIS: POSSIBILIDADES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇÚ

Este capítulo pontua a historiografia do Município de Igarapé-açu, enfatizando seu surgimento como núcleo colonial na primeira metade do século XIX, às margens da Estrada de Ferro de Bragança – EFB. Serão discutidos também o processo de colonização, a emancipação política, os patrimônios histórico-culturais materiais e imateriais e os lugares memórias, os quais ajudam a contar a riqueza histórica da Cidade de Igarapé-Açu.

Além disso será abordado o ensino de história local nas séries iniciais das escolas municipais como componente curricular, em virtude da disciplina História e Identidade cultural de Igarapé-açu. Ademais, teço considerações acerca do lugar da História na tradição historiográfica, a partir dos seus elementos teórico-metodológicos, evidenciando que o ensino de história local não se resume apenas ao estudo do passado, mas se pauta nas ações humanas regidas por determinantes instituídos em cada momento histórico, definindo-se o que será lembrado, esquecido ou negado.

Este capítulo está dividido em três subseções. Em 3.1.1, descrevo a História do Município de Igarapé-Açu, a respeito do qual apresento uma historiografia, destacando todo o seu processo de fundação, localização, colonização, desenvolvimento. Em 3.1.2, apresentam-se informações sobre a vivência nos núcleos.

Por fim, em 3.1.3, enfatizam-se alguns espaços de memória que o município tem, bem como as produções historiográficas memorialistas, os trabalhos acadêmicos produzidos sobre o município e as demais fontes históricas que possibilitam a compreensão de que o passado nos constitui enquanto sujeitos históricos.

3.1 Apresentando o Município de Igarapé-Açu

3.1.1 *A Historiografia Igarapeaçuense – A partir dos Trilhos da Estrada de Ferro Belém/Bragança. Ocupação e Colonização da Região Nordeste*

A ocupação e colonização da região bragantina foi uma estratégia política do governo do Estado do Pará, na época Augusto Montenegro. O loteamento da região foi usado como meio de ocupação dessas terras da zona do salgado. Como frisa Lacerda (2006, p.275), a estruturação de um núcleo colonial não era uma tarefa fácil

e a chegada dos migrantes a esses espaços se dava concomitantemente a essa organização.

Tanto o crescimento do valor da borracha no comércio europeu – associado ao crescimento da indústria automobilística, em virtude do aumento da exportação do látex para essas indústrias – quanto a produção agrícola como meio de geração de lucros e de abastecimento de alimentos não perecíveis para o mercado consumidor da capital, além da prática da atividade da agropecuária, levaram o poder público do Estado do Pará a dar início à ocupação da região da zona bragantina.

Dessa forma, a partir do ano de 1883, tem início a construção da Estrada de Ferro de Bragança, possuindo aproximadamente 294 quilômetros de extensão (Siqueira, 2017). Isso ocorre durante a gestão do então presidente da província, o senhor Barão de Maracujá, que assinava no dia 16 de junho de 1883 o contrato com a empresa “Bernardo Caymari”, dando pleno poderes para que fosse iniciado tamanho empreendimento (Freitas, 2005, p.13).

Essa obra foi considerada pelos poderes públicos do Estado do Pará o grande marco de desenvolvimento da região nordeste (Lacerda, 2006, p.267), pois tinha por objetivos colonizar o vasto território do nordeste paraense e possibilitar aos seus habitantes condições de escoarem seus produtos agrícolas e agropecuários para a capital do Estado, Belém do Pará.

Ao longo dos trilhos da estrada de ferro de Bragança, que iam adentrando a região nordeste do Estado do Pará, foram surgindo os primeiros núcleos populacionais. Segundo o Barão de Maracujá, (Cruz, 1955) precisava-se da “civilização” nos caminhos percorridos pelo trem para ocupar o vastíssimo e fertilíssimo solo da região bragantina.

Essa “civilização” passa a se estabelecer a partir de 1889, quando o governo provincial buscou firmar parcerias e contratos para introdução de imigrantes europeus, os espanhóis, e migrantes nordestinos, que passam a fornecer mão-de-obra para ocupar essa região do Pará, por meio da prática da agricultura e da pecuária (Lacerda, 2006, p. 261-262).

3.1.2 *Vivência nos Núcleos*

Os imigrantes europeus não concordaram muito com a forma que estavam sendo tratados dentro dos núcleos de povoamento, pois haviam idealizado uma

situação, e estava acontecendo outra. Eles vieram com a intenção de lucros; mas, com o tempo, perceberam que as atividades econômicas as quais estavam desempenhando não lhes proporcionava isso. Como consequência, uma grande parcela deles retornou para Belém.

No entanto, a grande seca do ano de 1889, que estava castigando a região nordeste do Brasil, contribuiu para uma grande leva de migrantes nordestinos para Belém. Eles se destinaram aos locais já cortados pelas estradas de ferro de Bragança, onde se fixam diante da possibilidade de adquirir terras, contribuindo dessa forma para a formação de pequenos povoados.

De acordo com Palma Muniz (1916), são núcleos coloniais fundados antes do período republicano na área da Estrada de Ferro: Benevides (1875), Santa Isabel, Apeú, Americano e Benevides (tem seus lotes demarcados entre 1885 e 1886) Castanhal (1889).

A partir de 1889, o governador Paes de Carvalho, visando à colonização do Estado do Pará, sobretudo nas áreas da zona bragantina e em parte da região do salgado, sancionou a lei nº 583, a qual buscava legalizar a situação de imigrantes tanto nacionais como estrangeiros, bem como incentivar, mas ao mesmo tempo disciplinar, os migrantes que pretendiam, espontaneamente ou por meio de contratos, localizar-se no Pará como “agricultores” (Macedo, 2006, p.267).

A autora deixa claro, nessas palavras acima, que o governo do estado tinha nítidas intenções de incentivar, mas também disciplinar os migrantes a se tornarem produtores rurais nos núcleos coloniais em que estavam instalados.

Petrone (1982) enfatizou que um dos elementos fundamentais para a criação de núcleos coloniais nas regiões sudestes e sul do Brasil foi a valorização fundiária para a prática da agricultura, sendo um dos motivos para essa ênfase a presença dos imigrantes e migrantes (Petrone, 1982, p.32).

Em 1908, no governo de Augusto Montenegro, há uma continuação da campanha de ocupação da região nordeste paraense e uma aceleração nas obras da ferrovia (Freitas, 2005, p.20), devido à “necessidade inelutável” de aproveitamento do solo paraense (Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p. 54).

Em se tratando da ocupação da região nordeste por parte do poder público paraense, não foi diferente, uma vez que principalmente os nordestinos foram levados para esses núcleos coloniais, ao longo das “veias” da estrada de ferro, para ocupar a região e para serem usados como mão-de-obra.

A Estrada de ferro de Bragança foi a décima terceira ferrovia inaugurada no Brasil, no dia 10 de junho de 1884, porém sua construção só foi concretizada no ano de 1908, 26 anos depois da sua primeira inauguração. A construção da obra foi pensada como um serviço público que ligaria a capital do Pará, Belém, à cidade de Bragança (Pará). Ademais, esse empreendimento está associado a questões políticas de transportes, ao desenvolvimento de projetos agrícolas, à implementação de núcleos coloniais e ao povoamento da região bragantina (Lacerda, 2018, p. 1).

A ferrovia Belém-Bragança marcou o início de um processo territorial que tinha por meta suprir a necessidade de interligar as colônias agrícolas integrantes da microrregião denominada Zona Bragantina. Assim, tornar-se-ia possível escoar a produção dessas localidades até Belém e transportar as pessoas que habitavam a região, dando novas formas e funções ao espaço agrário bragantino (Moreira; Barros Filho; Costa; Rodrigues, 2014, p. 2).

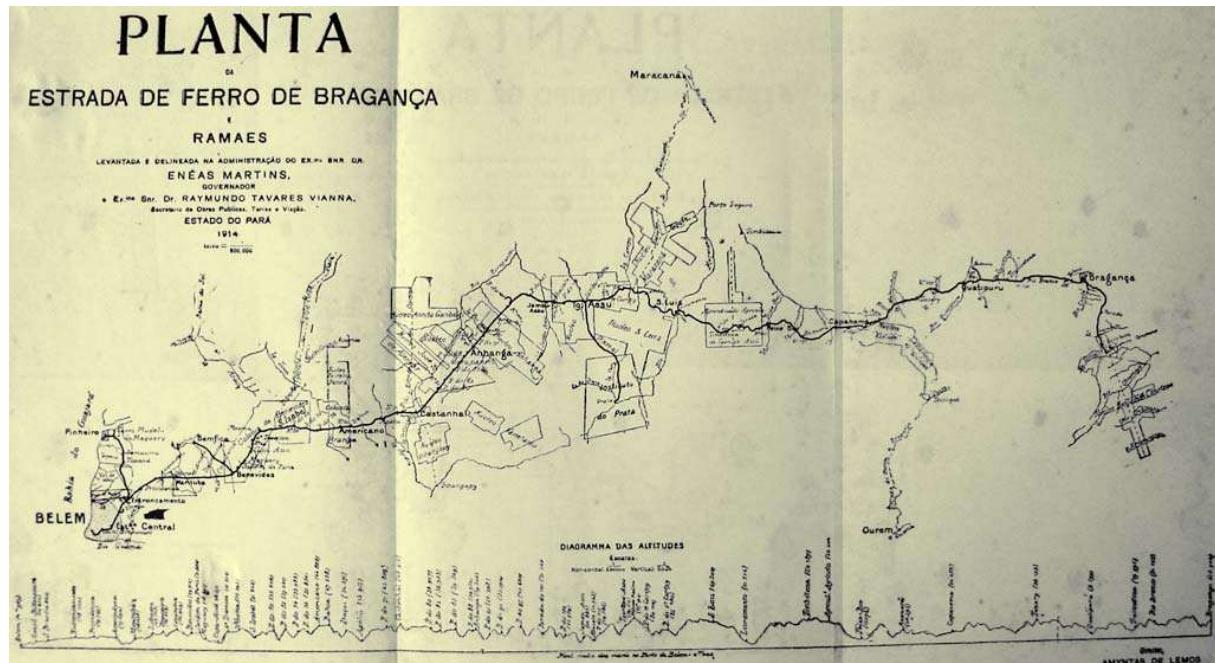
Segundo Lima (2006), o grande índice de exportação da borracha para o mercado europeu, em consequência da Revolução Industrial, possibilitou um processo acelerado de urbanização nos grandes centros da Amazônia naquele período – Belém e Manaus, de onde se exportava a borracha (Lima, 2006, p.10).

Dessa forma, a construção da EFB demandou rápidos e altos investimentos para sua construção. Isso decorre do poder público, com interesses econômicos e políticos, ter visto uma possibilidade de garantia de maior rapidez no transporte de alimentos, considerando a existência de diversas colônias agrícolas situadas ao longo de todo o percurso realizado pelo trem (Lima, 2006, p.10). Ernesto Cruz (1955), em sua obra *A Estrada de Ferro de Bragança: Uma visão social, econômica e política*, descreve a importância da estrada de ferro de Bragança como forma de baratear as despesas dos transportes de produtos agrícolas para o mercado na capital do Pará que eram feitos via transporte fluvial, gerando uma enorme despesa nesse tipo de transporte (Cruz, 1955, p.75).

A implementação da EFB atendia tanto os interesses econômicos quanto os políticos e sociais, além de demandas relativas aos meios de transportes, ao desenvolvimento de projeto agrícolas, à implementação de núcleos coloniais e ao povoamento da região bragantina (Nunes, 2014; Nunes, 2009; Lacerda, 2010). O processo de construção ocorreu por meio de contrato entre o governo paraense e empresas sulistas, as quais viam esse feito como uma desafio e um potencial de lucratividade.

A EFB foi construída em etapas, com os assentamentos dos primeiros 29 km de trilhos se estendendo da estação de São Braz até a Colônia de Benevides (Cruz, 1955). Com o tempo, esses trilhos foram se alongado, dando origem a novos núcleos coloniais.

Figura 1 – Mapa da Estrada de Ferro de Bragança



Fonte: Cruz (1955)

Os primeiros trilhos da estrada de ferro de Bragança foram assentados numa solenidade pública. Segundo Cruz (1955), tal era a grandiosidade do momento que esteve presente na cerimônia o que Belém tinha de representatividade nos diferentes círculos sociais da ordem econômica e política.

É importante ressaltar o intuito de transformar a região nordeste do estado em uma grande área de produção agrícola, para suprir a demanda interna de alimentos. Uma vez que todos os olhos estavam voltados para o ouro negro da Amazônia, a borracha, que ganha destaque no mercado internacional em virtude do boom da pneumática e da indústria automobilística, a ocupação da região bragantina faz-se necessária.

Sendo assim, o projeto para implantação de núcleos coloniais à margem dos trilhos da EFB se intensifica ao adentrar as terras da região bragantina, trazendo benefícios para o Estado.

As iniciativas para a construção de uma ferrovia que ligasse Belém a Bragança decorrem de 1870, por meio da lei provincial nº 659 de 31 de outubro, que autorizava o governo paraense a contratar uma empresa ou companhia que construísse uma ferrovia. No entanto, foi somente no ano de 1874 que sancionaram a lei nº 809, a qual concedia privilégios a uma empresa que não somente construísse uma estrada de ferro entre as cidades de Belém e Bragança, mas também implantasse, ao longo da construção, núcleos populacionais.

Até então, o ritmo de alastramento para a região bragantina era lento. Entretanto, em 1901, intensificou-se a colonização dessa região com a extensão da Estrada de Ferro de Bragança e a extração da borracha. Foram atraídos vários imigrantes europeus, como os espanhóis, além dos nordestinos que vieram atrás de melhores condições de vida, fugindo da seca que assolava o Nordeste entre os anos 1860-1870, estabelecendo-se no núcleo populacional ao de Igarapé-Açu.

Segundo Freitas (2005), o processo de colonização do município de Igarapé-Açu iniciou-se em 1897, por meio dos rios Jambu-Açu, Marapanim e Maracanã, que serviram de caminhos para embarcações que vinham até o município, além de interligarem a circulação do capital financeiro nos povoados de Porto Seguro, Santarém Novo e Maracanã, chegando até Belém. Em 1895, alguns portugueses chegaram a construir comércio, em Porto Seguro e Maracanã, filiado à capital. A produção agrícola, a fabricação de cachaça e casas de farinha forneciam os produtos utilizados para consumo particular e para abastecer o comércio dos portugueses.

A partir da colonização, ocupação e estabelecimento dos imigrantes e nordestinos no município de Igarapé-Açu, o local cresceu e começou a se desenvolver. Precisou-se pensar no bem-estar da população do município, com a construção de espaços religiosos, educacionais, econômicos e políticos.

De acordo com Rocha (2005), logo após a instalação do município, improvisou-se na casa de Cesarino Doce, o então intendente do local, o prédio da intendência, servindo assim de sede para o poder executivo municipal.

Dessa forma, a casa de Cesarino Doce permaneceu sede da intendência municipal até o ano de 1940, quando a intervenção de Magalhães Barata construiu vários prédios no município, entre eles o do executivo, que passou a ser chamado de Prefeitura Municipal até 1972.

3.1.3 *O Lócus de Pesquisa*

A cidade de Igarapé-Açu está localizada na região nordeste do Estado do Pará, na microrregião da Zona Bragantina, a 128 km da capital paraense e abrange várias agrovilas, ramais, vilas onde habita toda a população igarapeaçuense.

Segundo dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui, 35.797 pessoas, o que representa uma queda de -0,25% em comparação com o censo de 2010, tendo uma área de 786 Km², sendo o 47º município do Estado do Pará em extensão territorial, com uma densidade demográfica de 39,12 hab/Km²².

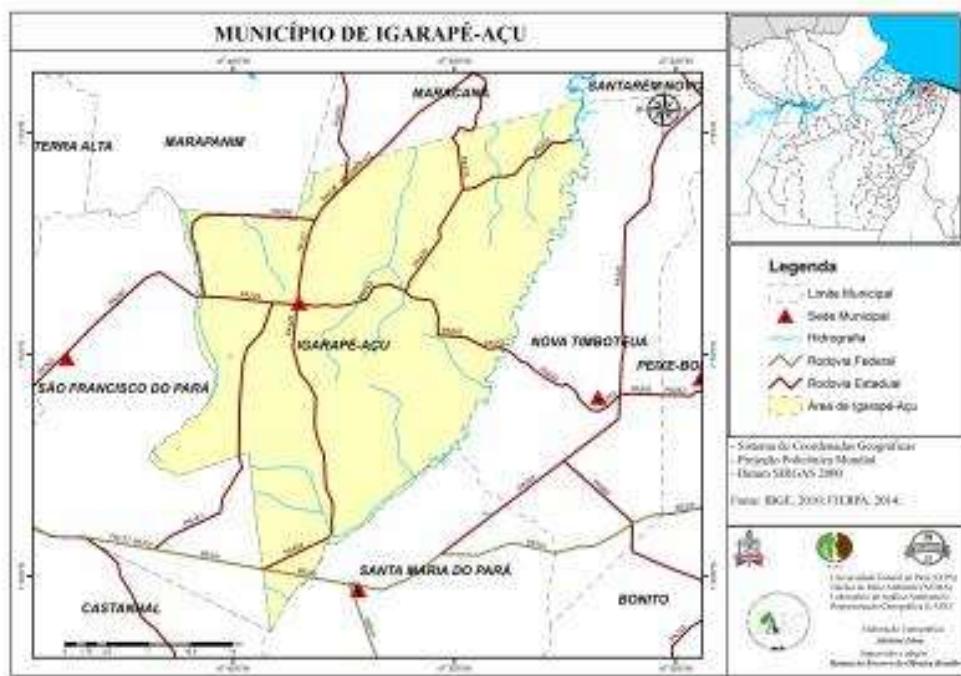
A cidade de Igarapé-Açu faz parte dos 144 municípios pertencentes à mesorregião do nordeste e a microrregião bragantina (Freitas, 2005) que compõem o Estado do Pará. O município de Igarapé-Açu foi criado pelo decreto-lei nº 985 de 26 de outubro de 1906 (Freitas, 2005). Ele surge a partir da extinção do município de Santarém Novo pelo então Governador do Estado do Estado do Pará, o Ex.mo Sr. Dr. Augusto Montenegro. (Moreira; Barros Filho; Costa; Rodrigues, 2014, p. 5)

A partir da sua fundação, a cidade de Igarapé-Açu começou a se desenvolver de forma lenta; mas, com o avanço dos trilhos da estrada de ferro, o seu ritmo de ocupação e desenvolvimento social, econômico e político se intensificou.

Igarapé-Açu é uma cidade que tem 118 anos e possui um legado cultural muito rico em virtude do seu processo de origem, da localização, da construção e do desenvolvimento, que se deu ao longo da extinta estrada de Ferro de Bragança. Com uma rica historicidade atrelada à ferrovia, a cidade destaca-se por uma certa polarização em relação à outras cidades da região da zona bragantina (Moreira; Barros Filho; Costa; Rodrigues, 2014, p. 8). Veja mapa a seguir:

²² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Figura 2 – Mapa de Igarapé-Açu



Fonte: Núcleo de Meio Ambiente - Numa/UFPA (2014)

As origens da cidade de Igarapé-Açu remontam ao século XX, período correspondente ao desenvolvimento da região bragantina. De acordo com Dário Nonato da Silva (2006), na região habitavam indígenas da etnia dos tupinambás e, com a construção da estrada de ferro de Bragança, chegaram os espanhóis e os nordestinos, os responsáveis pelo processo de formação da cidade.

De acordo com Freitas (2005), o nome do município de Igarapé-Açu significa "grande caminho das canoas", na língua indígena Nheengatu, e está relacionado ao subafluente do rio Marapanim, que banha a sede do município, cortando-o no sentido sul-norte. O mesmo autor apresenta outros significados para o nome da localidade, mantendo suas raízes nas tradições indígenas.

Segundo Freitas (2005), o processo de colonização do município de Igarapé-Açu iniciou-se em 1897, por meio dos rios Jambu-Açu, Marapanim e Maracanã, que serviram de caminhos para embarcações que vinham até o município, além de interligarem a circulação do capital financeiro nos povoados de Porto Seguro, Santarém Novo e Maracanã, chegando até Belém. Em 1895, alguns portugueses chegaram a construir comércio, em Porto Seguro e Maracanã, filiado à capital.

No início da história de Igarapé-Açu, a base econômica do município estava ligada ao sistema de produção, no qual se exploravam as culturas de arroz, milho,

feijão, malva, mandioca, cana-de-açúcar, além de haver engenhos para a fabricação de cachaça (cinco) e casas de farinha (Freitas, 2005, p. 24). Essas atividades forneciam os produtos utilizados para consumo particular e para abastecimento do comércio dos portugueses. O excedente de produção era negociado no comércio local.

Ademais, Freitas (2005) também observa que o município está vinculado ao projeto de colonização da região bragantina e à construção da estrada de ferro Belém-Bragança. Por sua vez, Rocha (2022) escreve que, em 1895, foi criado o núcleo colonial de Jambu-Açu. O processo de ocupação deste núcleo ocorreu não somente com a presença dos nordestinos, mas também contou com o assentamento dos estrangeiros. Este autor elucida que estava completa a equipe de exploração das terras, nas bacias de Jambu-Açu e Maracanã. Tratava-se de duas frentes de explorações abertas, das quais uma demarcava os lotes agrícolas mais ao norte, enquanto a outra o fazia mais ao sul (Rocha, 2022).

Anos depois, nasceu o povoado de Igarapé-Açu, através da Lei Estadual nº 902, de 5 de novembro de 1903, conforme informações de Rocha (2022). Posteriormente, durante o governo de Augusto Montenegro, em 1906, com a promulgação da Lei nº. 985, de 26 de outubro daquele mesmo ano, o município de Igarapé-Açu foi constituído com terras desmembradas dos municípios de Santarém Novo e de Belém.

Seguindo uma estratégia em busca de hegemonia político-partidária na região, para governar o município de Igarapé-Açu, foi nomeada uma Comissão, sob a presidência de Ângelo Cesarino Valente Doce, o mesmo que, ao cumprir as suas atribuições iniciais, foi eleito Intendente do recém-criado município.

Contudo, no ano de 1931, o Interventor do Estado do Pará, para homenagear um dos grandes vultos da revolução de 1930, substituiu o nome do município de Igarapé-Açu para a denominação de João Pessoa, por força do Decreto Estadual nº. 264, de 4 de abril de 1931. No entanto, a população já estava acostumada com o nome do município de Igarapé-Açu que, no ano seguinte, por meio do Decreto de nº. 2.972, de 31 de março de 1938, teve a denominação oficial de Igarapé-Açu restaurada, em vez de João Pessoa.

Pode-se dizer que Igarapé-Açu é uma das cidades mais importantes do Estado do Pará, com uma expressiva atividade extrativista, agrícola e pecuária. Soma-se a isso a sua riqueza natural, que são os seus variados igarapés e balneários, com

destaque para o balneário Pau-Cheiroso, o Rio do Livramento, a Lagoa Azul, o Balneário do Refúgio, o Rio das Pedras e o balneário Ecopark Aquático São Joaquim e o Igarapé do Pratinha, os quais recebem turista a população local e vizinhas, contribuindo bastante para o seu desenvolvimento econômico do município.

O município de Igarapé-Açu possui uma quantidade significativa de patrimônios materiais, como já destacado; mas também, imateriais, que realçam o seu passado. O lugar preserva raízes de fé e religião, sendo a mais antiga expressão da cultura imaterial da cidade a Festividade de São Sebastião, uma das mais tradicionais e antigas do Estado.

Além das suas riquezas naturais, a cidade de Igarapé-Açu tem as belezas e os encantos dos patrimônios materiais e imateriais, pois é possível observar aspectos e características da sociedade europeia, em um dos principais prédios da cidade, o Mercado Velho. Construído no ano de 1934, ele apenas foi inaugurado no ano de 1940 na gestão do então prefeito municipal da época, Germano Melo (Moras, 2005, p.74).

Para conhecer melhor a história de Igarapé-Açu, faz-se necessário perpassar pela memória, seja ela coletiva ou individual, pois existem poucas fontes e trabalhos que enfatizam a memória local dessa cidade. Logo, é importante ressaltar que, segundo Maurice Halbwachs (1968), a memória é um trabalho que se dá através do processo de reconstrução e reinterpretação do passado, ocasionado pelas interações sociais, nas quais as lembranças individuais não existem isoladamente, mas são construídas e compartilhadas dentro de um contexto social, pois “o tempo não é mais o meio privilegiado e estável onde se desdobram todos os fenômenos humanos, comparável àquilo que era a luz para os físicos de outrora”³.

Associada ao tempo, para Maurice Halbwachs (1968), a natureza social da memória baseia-se nas lembranças e no tempo, sendo moldadas pelas interações sociais, valores e narrativas coletivas compartilhadas pela sociedade em que vivemos. O autor enfatiza também a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que se inserem na memória da coletividade a que pertencemos.

³ HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*, tradução: Lais Teles Benoîr, São Paulo: centauro, 2004.

Além do processo de reconstrução e reinterpretação do passado, a memória, como meio para se conhecer a história de um determinado local, recebe outros adjetivos, onde se torna a parte central para a compreensão da história.

Para Le Goff (2003), a memória é um processo ativo de seleção, interpretação e reinterpretação do passado, atos marcados por reflexos, preocupações e perspectivas do presente. Por isso, ela não deve ser vista apenas como um registro objetivo, mas também como uma construção social e cultural. A memória social é um dos meios para abordar os problemas dos tempos passado e presente da história.

Diante dessas comparações, os autores enfatizam que tanto a memória individual quanto a memória coletiva estão enraizadas e destacam-se na compreensão do passado como um fenômeno social e cultural.

Além disso, os estudos sobre memória, a partir de Halbwachs e Le Goff, ganham conotações mais objetivas, realistas, palpáveis e menos positivistas. A partir da perspectiva desses autores acerca da memória coletiva e de sua importância no conhecimento do passado em uma dada temporalidade, percebemos a necessidade de buscarmos tais memórias para obtermos uma compreensão mais abrangente sobre o município de Igarapé-Açu nesta pesquisa. Assim, será possível esmiuçar questões locais como origens e construção histórica.

As origens desse município têm relações com a construção da estrada de ferro de Bragança entre 1883 e 1908. Esse empreendimento levou à colonização de uma extensa área de terra que margeava seus trilhos, contribuindo para o surgimento de diversos municípios, dentre os quais se encontra Igarapé-Açu.

Em relação à infraestrutura do município Igarapé-Açu na década de 1930, Freitas (2005) declara que havia uma estação do trem da estrada de ferro na cidade e que, a partir de 1931, foi instalada a usina elétrica de energia, antes a cidade, no período noturno era iluminada com faróis de querosene.

Ainda segundo (Freitas, 2005), havia também festas que eram bastante frequentadas pelos moradores, como as festividades religiosas de São Sebastião, o carnaval, as quadrilhas de festas juninas e as valsas. Esses eram os atrativos que alegravam os habitantes da cidade. Existia ainda um cinema com filmes mudos, exibidos em dois dias por semana.

Já no aspecto religioso, destaca-se a tradicional e centenária Festividade de São Sebastião, o padroeiro da Cidade. Esse festejo é uma devoção antiga, a qual “começou no final do século XIX com a edificação de uma capela, construída pelos

padres Capuchinhos, segundo informações de pessoas antigas da cidade" (Freitas, 2005, p.65).

Figura 3 – Igreja Matriz de São Sebastião



Fonte: Sandro Barbosa (2019)

Até hoje, consideram-no o santo protetor dos agricultores. Os festejos acontecem sempre na segunda semana do mês de janeiro, encerrando no dia 20 do mesmo mês, e atraem visitantes de várias cidades vizinhas:

A festa de São Sebastião é hoje uma das maiores manifestações religiosas das zonas Bragantina e do Salgado, momento oportuno para o povo celebrar a fé através da junção de duas culturas populares: a indígena, mostrada pelo mastro e a cultura europeia, a qual retrata a presença do catolicismo, religião levada às tribos indígenas pelos portugueses (FREITAS, 2005, p.65).

Francivaldo Silva (2006), um dos grandes historiadores do município, relata em seu trabalho acadêmico que a festividade de São Sebastião em Igarapé-Açu é a maior festa religiosa do município; porém, ao longo da história igarapeaçuense, essa comemoração passou por um processo de mudanças no desenvolvimento de sua elaboração, principalmente nesta última década.

Tais mudanças nas tradições pareceram necessárias por parte dos grupos integrantes, como nos diz Hobsbawm:

Houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins. Instituições antigas, com funções estabelecidas, referências ao passado e linguagens e práticas rituais podem sentir necessidade de fazer tal adaptação (Hobsbawm, 1984, p. 13).

Como fruto da colonização e da influência estrangeira, abre-se espaço para uma nova cultura que passa a fazer parte da identidade dos seus municípios e marca as suas vidas para sempre. Um exemplo é o mastro de São Sebastião, “que teve início no século XX com mais ou menos vinte pessoas de origem cabocla e que viviam exclusivamente da agricultura” (Freitas, 2005, p.65).

A tradição diz que a ideia do mastro partiu da imagem do santo. Segundo as narrativas populares, São Sebastião estaria preso no tronco de uma árvore. Por isso, decidiram cortá-la, enfeitá-la e carregá-la até a capela daquele tempo.

Atualmente, a derrubada do mastro acontece no primeiro dia do festejo de São Sebastião, quando se faz uma grande celebração. Após o corte da árvore, o tronco é revestido de palhas de açaizeiro, frutas, flores. Depois, ele é carregado pelos fiéis, percorrendo algumas ruas da cidade.

Ao chegar à igreja de São Sebastião, o mastro é levantado e permanece lá durante todos os nove dias da festividade. Muitas pessoas fazem esse gesto como forma de agradecer a boa colheita durante o ano ou a promessa alcançada.

Nas noites do arraial, há brinquedos eletrônicos, vendas de comidas típicas, leilões, e todo o dinheiro arrecadado tem o propósito de custear as despesas da igreja (Freitas, 2005). Veja imagem do Mastro de São Sebastião:

Figura 4 – Manifestação cultural do levantamento do mastro



Fonte: Queiroz [2014?]

Ademais, é pertinente continuarmos a apresentar alguns marcos e monumentos, por fazerem parte da história do município em aspectos gerais. Um exemplo é o antigo mercado municipal, que tem grande relevância histórica e cultural, construído no dia 08 de julho de 1940, apesar de a lei nº 084/91 dizer que a inauguração foi dia 08 de junho de 1940 (Igarapé-Açu, [2021b]). Além disso, de acordo com a lei nº 060/1991, o mercado municipal de Igarapé-Açu foi tombado como patrimônio histórico material a partir do dia 10 de junho de 1991 (Igarapé-Açu, [2021a]).

O município de Igarapé-Açu é uma cidade com uma riqueza histórica muito fascinante, repleta de lugares, como alguns prédios e monumentos históricos, além dos patrimônios materiais e imateriais que o município apresenta.

Toda essa riqueza cultural ajuda a contar a história de Igarapé-Açu, pois nele há lugares que podem ser visitados pelos turistas ou pela população. Como ajudam a relembrar fatos, acontecimentos e momentos, esses espaços, por estarem associados a outras recordações, tornam-se lugares de memória.

Mesmo com o descaso político, a depredação e a marginalização desses lugares de memórias, o município de Igarapé-Açu tem uma identidade cultural que precisa sair das lembranças e das recordações dos mais velhos e ser mostrada às presentes e às futuras gerações.

Segundo Pierre Nora (1993), os lugares de memórias são rastros de uma memória materializada nas formas de instituições específicas, com o objetivo de guardar aquilo que precisa ser lembrado. Esses espaços relatam o que não foi vivido

pelos presentes, tendo sido construídos para mostrar que é uma necessidade eternizar o passado, para que ele não possa cair no esquecimento. Portanto, podemos dizer que esses ambientes são uma espécie de elo entre as gerações, pois têm a função de quebrar as memórias coletivas, para se construir um conhecimento pautado no concreto e no científico.

Além disso, por meio desses espaços, tenta-se cristalizar o passado, que tem natureza dinâmica, ajudando dessa forma a se construir uma identidade. Para Nora (1993):

os lugares de memórias nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. Esses meios são usados para despertar os gatilhos das memórias (Nora, 1993, pag. 13).

Nesse sentido, um dos espaços que deve ser mencionado é o monumento histórico e cultural de Igarapé-açu conhecido popularmente como “mercado velho”. Atualmente, no prédio, funciona o Centro Cultural Gidalte Alves de Almeida, local em que há várias manifestações culturais, exposições, feiras e shows. Ademais, nele também se localiza a Secretaria Municipal de Cultural e Turismo de Igarapé-açu – SECTUR.

Figura 5 – Mercado Municipal.



Fonte: autor (2019).

Sendo um ponto turístico de destaque na cidade, bastante admirado pelos visitantes e pelos moradores da cidade de Igarapé-Açu por causa da bela arquitetura, o Mercado Velho já passou por uma reforma, tendo sofrido um processo de descaracterização. A construção dessa suntuosa obra, foi iniciada no ano de 1934, na administração de Guilherme de La Rocque, prefeito municipal; mas a inauguração apenas ocorreu no ano de 1940, na gestão do então prefeito da época, Germano Melo.

O Mercado Modelo, hoje denominado de “Mercado Velho” (Rocha, 2022, p.46), teve como modelo e inspiração para sua criação a fotografia de um prédio suíço trazida por La Rocque de uma das suas viagens para a Europa (Moraes, 2005, p.73). Anos atrás, esse espaço cultural comportava uma feira que pode ser investigada por meio das memórias vivas, servindo de fontes para pesquisas elaboradas pelos professores ou/e pelos alunos, para tentar entender como aconteciam e quais as relações presentes naquele período.

Outro marco importante é a base aérea fixada no município no ano de 1943, utilizada até 1945 em função da segunda guerra mundial. O local serviu de pista de pouso e decolagem do zepelim (chamado de balão gigante), que sobrevoava até o Atlântico, em Salinópolis, na missão de proteger e monitorar a região Brasileira contra os Alemães. Era uma parceria entre o governo brasileiro e os Estados Unidos e a escolha do local se deu por Igarapé-Açu ter 50 metros de altitude, a melhor altitude encontrada no Estado do Pará, além da proximidade de Belém, pela Estrada de Ferro.

De acordo com informações de Freitas (2005), a base, que tinha 300 soldados entre militares e civis, contava com a seguinte estrutura: uma casa de controle para pouso e decolagem; três pistas (uma reta e duas circulares); uma torre de emergência; cinco prédios que serviam de alojamento dos oficiais e dos soldados, restaurantes, cassino etc.

Professor de história e mestre pelo programa de pós-graduação em ensino de história – mestrado profissional em ensino de história, ProfHistória, da Universidade Federal do Pará –, Manoel de Jesus Manito de Souza apresenta, em sua dissertação de conclusão do curso, um trabalho de pesquisa sobre a base área de Igarapé-Açu denominado *O ensino de história em sons e imagens: patrimônio histórico-cultural, memórias e olhares do presente na produção de um documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu*.

O trabalho dissertativo de Souza (2020) deu-se através de um conjunto de entrevistas com moradores antigos e hodiernos de Igarapé-Açu, para se fazer um levantamento de informações a respeito do seu objeto de pesquisa, que foi a base aérea. Ademais, foram feitas pesquisas bibliográficas sobre o tema em jornais do período da Segunda Guerra em Belém, além de uma filmagem da base aérea.

Os objetivos desta pesquisa com alunos eram conhecermos a história da base aérea de Igarapé-Açu, remanescente da Segunda Guerra Mundial, e pensarmos formas de instrumentalizar esse bem cultural nas aulas de História. Assim, seria possível proporcionar uma aprendizagem mais dinâmica e participativa que levasse os alunos do 9ºano a pensarem criticamente sobre os bens histórico-culturais de sua cidade, bem como perceber que se fez e se faz história na sua localidade.

Além disso, objetivou-se a produção de um documentário de 28 minutos sobre a base aérea de Igarapé-Açu, filmando o local e entrevistando tanto idosos que conviveram com aquele espaço enquanto ele era ativo quanto outros pesquisadores que já produziram conhecimento sobre a base aérea ou as manifestações da Segunda Guerra Mundial em Igarapé-Açu.

Como fontes para a execução da sua pesquisa, o professor mencionado usou entrevistas orais, questionários escritos que foram distribuídos em locais diferentes da cidade de Igarapé-Açu e respondidos por dezenas de pessoas diferentes, consultas a jornais impressos da época da Segunda Guerra, consulta ao Comando da Aeronáutica em Belém e outras fontes.

Figura 6 – Ruínas da Base Aérea de Igarapé-Açu



Fonte: Athayde (c2007)

Hoje encontramos apenas ruínas de uma torre móvel, como lembrança material desse acontecimento histórico que teve grande importância, seja na economia do município, seja na constituição de seu povo. Destacamos aqui a falta de preservação e valorização do espaço da Base, que hoje se encontra abandonada, sem o devido reconhecimento. O espaço poderia ser utilizado com o intuito pedagógico pelas escolas.

A história de Igarapé-Açu desperta um valor social, sentimental, histórico e cultural para os seus moradores, além de demonstrar as formas como eles se relacionam, a maneira de falar, as conexões entre o campo e cidade. Todas essas particularidades estão marcadas em cada igarapeaçuense. A cultura do morador do campo em ir à cidade, na segunda-feira ou no sábado pela manhã, fazer as compras de casa é uma peculiaridade do local, muito percebida e praticada há muito tempo. Por isso, o campo precisa da cidade, e vice-versa, sem subordinação. De acordo com Freire (2001):

Um outro sonho fundamental que se deveria incorporar aos ensinamentos das Cidades educativas é o do direito que temos, numa verdadeira democracia, de ser diferentes e, por isso mesmo que um direito, o seu alongamento ao direito de ser respeitados na diferença. As Cidades educativas devem ensinar a seus filhos e aos filhos de outras Cidades que as visitam que não precisamos esconder a nossa condição de judeus, de árabes, de alemães, de suecos, de norte-americanos, de brasileiros, de africanos, de latino-americanos de origem hispânica, de indígenas não importa de onde, de negros, de louros, de homossexuais, de crentes, de ateus, de progressistas, de conservadores, para gozar de respeito e de atenção. Não se faz nem se vive a substantividade democrática sem o pleno exercício deste direito que envolve a virtude da tolerância. Talvez as Cidades pudessem estimular as suas instituições pedagógicas, culturais, científicas, artísticas, religiosas, políticas, financeiras, de pesquisa para que, empenhando-se em campanhas com este objetivo, desafiassem as crianças, os adolescentes, os jovens a pensar e a discutir o direito de ser diferente sem que isto signifique correr o risco de ser discriminado, punido ou, pior ainda, banido da vida (Freire, 2001, p. 14-15).

O autor nos faz lembrar que somos diferentes e que precisamos aprender a conviver com a diferença, não escondendo nossas origens para termos respeito, mas valorizando nossa cultura, nossa história, quem nós somos. Na cidade, aprendemos e experienciamos diversas situações que marcam nossas vidas para sempre e, diante disso, precisamos saber entender e questionar a realidade, agir sem preconceitos e muitas vezes repensar nossas atitudes.

Entendemos que o patrimônio histórico e cultural e os espaços de memória podem ser utilizados com fins pedagógicos pelos professores, atrelados aos relatos

orais e aos documentos, a fim entendermos as diferentes interpretações do passado, na busca de explicações dos acontecimentos e das relações. Trazemos então algumas indagações com o intuito de estabelecer uma reflexão: qual a relação entre os espaços de memória e a vida cotidiana dos sujeitos do lugar? Como os professores podem utilizar os espaços da cidade para ensinar os conteúdos sobre a história local? Essas e outras questões têm implicações no fazer pedagógico dos professores no ensino da história local.

4 HISTÓRIA LOCAL NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU: UM OLHAR A PARTIR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF.^a CÍCERA LIMA DO NASCIMENTO

O presente capítulo discute a aplicação dos conteúdos da História Local a partir da realização de exercícios com a turma de 5º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Cícera Lima do Nascimento, no âmbito da disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu. Ademais, foram abordados os seguintes aspectos sobre o surgimento da escola: estrutura física, a composição profissional e a relação com a comunidade.

Quanto à disciplina HICI, discorro sobre a trajetória histórica da sua implantação na matriz curricular do município, amparada pela Resolução nº 002/2018, e a sua introdução como componente curricular da parte diversificada do currículo. Ademais, enfatizei a relevância da disciplina para o ensino da história local nas séries iniciais do ensino fundamental.

4.1 A Disciplina História e Identidade Cultural na Matriz Curricular do Município de Igarapé-Açu

4.1.1 *O currículo na Educação brasileira*

Antes de abordar especificamente o componente curricular História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu, faz-se necessário realizar um breve panorama sobre o currículo e o tratamento que ele recebe da legislação brasileira.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, uma maneira de compreender o currículo é entendê-lo como “constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados” (Brasil, 2013, p. 112).

Para Saviani (2016), o currículo pode ser entendido como uma relação de disciplinas que compõe um curso ou uma disciplina. No entanto, o autor ressalta que:

no âmbito dos especialistas nessa matéria tem prevalecido a tendência a se considerar o currículo como sendo o conjunto das atividades (incluído o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a

determinado fim. Este pode ser considerado o conceito ampliado de currículo, pois, no que toca à escola, abrange todos os elementos a ela relacionados (Saviani, 2016, p. 55).

Em nível nacional, o currículo escolar é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), definindo uma base nacional comum. Nesse sentido, em seu artigo 26, a referida Lei determina que:

os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, [2023]).

A legislação base da Educação brasileira determina que os níveis de ensino da educação básica obedeçam a um currículo comum, mas também abre precedentes para que os sistemas de ensino estabeleçam uma parte diversificada do currículo que aborde características regionais e locais.

De acordo com Brasil (2013), no que diz respeito à base diversificada:

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada. A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos (Brasil, 2013, p. 113).

Mesmo tratando de características particulares a uma das regiões do Brasil, a base diversificada não pode estar desatrelada dos demais conteúdos que compõem o currículo escolar, pelo contrário, deve estar integrada e complementar os demais conteúdos que são tratados em outros componentes curriculares.

Pereira e Sousa (2016), ao se referirem à parte diversificada no currículo escolar, concordam que se trata de um importante espaço para pensar a cultura local. Brasil (2013) ressalta que

A articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo (BRASIL, 2013, p. 113).

Nesse sentido, buscando corresponder às diretrizes nacional, o Município de Igarapé-Açu criou um componente curricular voltado para a abordagem da história e da identidade cultural do Município, que constam na parte diversificada do currículo escolar da Rede Municipal de Ensino.

4.1.2 *O Contexto para a Implementação da Disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu.*

Em consonância com a legislação nacional, o Município de Igarapé-Açu inclui na sua matriz curricular, por meio do Conselho Municipal de Educação (CME), o componente *Cultura local e identidade patrimonial*, formalizando o ato por meio da Resolução nº 002/2018.

Após isso, tendo sido realizados estudos pelo CME, decidiu-se pela mudança de nomenclatura do componente curricular, alterada pela resolução nº 02/2019 do referido Conselho, passando a ser denominado *História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu*.

Recentemente, no ano de 2013, o Conselho referendou, por meio da resolução nº 006/2022, a nova matriz curricular do Município para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. De acordo com o artigo 4º da referida resolução, as matrizes passaram a vigorar a partir do ano letivo 2023 (Igarapé-Açu, 2022).

O quadro abaixo apresenta a composição da Matriz Curricular aprovada pelo CME e que atualmente vigora na Rede Municipal de Ensino de Igarapé-Açu.

Quadro 1 – Matriz Curricular do Ensino Fundamental

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

LDB Lei nº	AMPARO LEGAL	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES E/OU DISCIPLINAS	ANO/SÉRIE															
				ANOS INICIAIS					ANOS FINAIS										
BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGEM	1º		2º		3º		4º		5º		6º		7º		8º		9º	
		LÍNGUA PORTUGUESA	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
		ARTE	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		EDUC. FÍSICA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		LINGUA INGLESA	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2	2	2		
		MATEMÁTICA	MATEMATICA	5	5	5	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6	6		
		CIENCIAS DA NATUREZA	CIENCIAS	4	4	4	4	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-		
			CFB	-	-	-	-	-	-	2	3	2	2	2	3	2	3		
		CIENCIAS HUMANAS	GEO/HIST	3	3	3	3	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-		
			GEOGRAFIA	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2	2	2		
			HISTORIA	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2	2		

ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PARTE DIVERSIFICADA	IDENTIDADE CULTURAL	2	2	2	2	2	-	-	-	-
	EST. AMAZÔNICOS	-	-	-	-	-	3	3	3	3
CARGA HORÁRIA SEMANAL		25	25	25	25	25	28	29	28	29
CARGA HORARIA ANUAL		800	800	800	800	800	1120	1120	1120	1120

Fonte: Resolução nº 006/2022-CME/Igarapé-Açu (2022)

Nota-se a presença da disciplina história e identidade cultural do Município de Igarapé-Açu, presente na parte diversificada das séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Anos). Para Igarapé-Açu (2022), a disciplina objetiva valorizar as tradições locais do Município, apresentando um:

ensino voltado para a história local como ponto de partida para a aprendizagem histórica do município, a comunidade escolar estabelece uma ligação de identificação e pertencimento pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se firmam entre educador/educando/sociedade e o meio em que vivem (Igarapé-Açu, 2022, p. 333).

De fato, a proposta desenvolvida pelo Município e referendada pelo Conselho Municipal de Educação (CME) corresponde ao que é prescrito pelos documentos nacionais que tratam sobre o currículo da educação básica. Nesse sentido, o Documento Curricular do Município (DCM) traduz o currículo discutido e aprovado para ser implementado no Município. De acordo com Igarapé-Açu (2022), esse documento:

está alinhado às propostas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que é um marco de relevância histórica para a educação no Brasil e tem o propósito de estimular e centrar em aprendizagens essenciais em cada ano/etapa ao longo da vida escolar de forma sequencial e articulada. Aprendizagens que transcendem o tempo e o espaço escolar, atendendo aos desafios e aos anseios da contemporaneidade (Igarapé-Açu, 2022).

Nesse sentido, estando alinhado à BNCC, o Documento Curricular Municipal – DCM de Igarapé-Açu – adota também os moldes de como a base nacional traduz as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades. No que diz respeito à disciplina que é objeto de estudo deste trabalho, foram adotadas as seguintes unidades temáticas: meu lugar, minha história; processo de formação do povo igarapeaçuense; memórias de Igarapé-Açu e sua importância histórica; aspectos sociais, econômicos e culturais do Município. O quadro a seguir, revela como estão distribuídos os objetos de conhecimento e as habilidades do 5º ano do Ensino Fundamental, objeto de estudo deste trabalho:

Quadro 2 – Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu

HISTÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU – 5º ANO	
OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Símbolos oficiais do município de Igarapé-Açu <ul style="list-style-type: none"> • Hino do Município (autor, letra e melodia); • Bandeira e brasão do município. Registros orais escritos <ul style="list-style-type: none"> • História de vida (autobiografia); • Entrevistas, relatos e história da comunidade; • Registros pessoais e escolares (fotos, objetos edокументos). A importância histórica e cultural das datas comemorativas do município de Igarapé-Açu.	<p>(EF5IC101IG) Conhecer os símbolos oficiais do município de Igarapé-Açu.</p> <p>(EF5IC01IG) Conhecer e identificar registros orais e escritos como fontes de resgate de memórias pessoais, familiar e institucional.</p> <p>(EF5IC02IG) Identificar as datas comemorativas do Município de Igarapé-Açu do bimestre vigente.</p>
O processo de migração e colonização do Município <ul style="list-style-type: none"> • Características e aspectos históricos; • Fatores importantes que contribuíram para a formação dos grupos populacionais. A identidade cultural dos grupos sociais que compõe o município <ul style="list-style-type: none"> • Principais aspectos e a sua importância para a comunidade; • Manifestações culturais e artísticas. 	<p>(EF5IC01IG) Identificar no processo histórico do Município e os povos que fizeram parte de sua colonização.</p> <p>(EF5IC02IG) Conhecer e identificar os grupos populacionais e sua importância no processo de formação do povo igarapé-açuense.</p> <p>(EF5IC03IG) Identificar os diferentes grupos populacionais que compõem o município.</p>
Estrutura e organização política do município de Igarapé-Açu <ul style="list-style-type: none"> • Poder executivo, legislativo e judiciário. História do município e as transformações ocorridas <ul style="list-style-type: none"> • Contexto histórico da formação e as características envolvidas nesse processo; • Primeiros habitantes colonizadores; • Primeiras atividades comerciais. 	<p>(EF5IC04IG) Conhecer a estrutura política do Município, reconhecendo os poderes e identificando suas funções.</p> <p>(EF5IC05IG) Compreender as tradições e valorização da memória do Município.</p> <p>(EF5IC06IG) Compreender as transformações sociais ocorridas no espaço/tempo.</p>

<p>Narrativas orais</p> <p>-Lendas e mitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elementos da narrativa (personagem, narrador, tempo, espaço, enredo); • Características religiosas e/ ou mitológicas. <p>Mudanças históricas ocorridos no município e/ou na comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vivências e saberes; • Relatos, registros fotográficos e/ou audiovisuais; • Obra dos artistas, escritores e poetas locais. <p>A comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade e contexto socioeconômico. 	<p>(EF5IC103IG) Conhecer as narrativas orais que fazem parte da cultura popular de Igarapé-Açu.</p> <p>(EF5IC07IG) Organizar temporalmente, fatos ocorridos em sua comunidade.</p> <p>(EF5IC08IG) Perceber padrões de vivência e diferenças históricas da sociedade igarapé-açuense, levando em consideração os grupos sociais.</p> <p>(EF5IC02IG) Conhecer e valorizar os artistas, escritores e poetas locais.</p> <p>(EF5IC03IG) Valorizar os aspectos culturais, sociais e ambientais presentes no município e/ ou na comunidade.</p>
<p>Áreas de lazer do município e/ou da comunidade</p> <p>-Conservação e preservação das áreas verdes e naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Balneários e igarapés - Pau Cheiroso, Pratinha, Eco Parque São Joaquim, Lagoa Azul, Rio Grã, etc. <p>Os Patrimônios Históricos e Culturais do Município</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mercado Municipal (Centro Cultural Gidalte Alves de Almeida); • Escola Dr. Ângelo Cesarino; • Conjunto arquitetônico da Vila do Prata (igrejas e edificações antigas); • Conjunto Ferroviário do Livramento (ponte do Livramento, Ruínas da Antiga Estação e Caixa D'água); • Antiga Base Aérea, dentre outros. <p>A produção econômica e a culinária do município</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades desenvolvidas na zona rural: agricultura, pecuária, artesanato, entre outros; 	<p>(EF5IC01IG) Compreender a importância da preservação ambiental em áreas verdes e naturais do município e/ ou da comunidade.</p> <p>(EF5IC09IG) Relacionar os patrimônios históricos e culturais com o processo histórico do município.</p> <p>(EF5IC10IG) Conhecer a diversidade cultural do município.</p> <p>(EF5IC11IG) Identificar e diferenciar o trabalho desenvolvido na cidade e no campo, levando em consideração sua importância para o município.</p> <p>(EF5IC12IG) Compreender a relação entre a circulação de pessoas, produtos e culturas, levando em consideração o ontem e o hoje.</p>

Fonte: Adaptado de Documento Curricular do Município de Igarapé-Açu (2022)

O Conselho Municipal de Educação de Igarapé-Açu, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, e a parceria fundamental das Escolas que compõem a rede de Ensino foram fundamentais na concretização desse trabalho que visa correlacionar os conteúdos da base curricular nacional com a realidade local, por meio da disciplina que compõe a parte diversificada do Currículo Municipal. No entanto, ainda há a necessidade de elaborar materiais didáticos que possam suprir o que é apontado pela matriz curricular desta disciplina.

4.1.3 Fundação e Contexto Histórico - EMEF Prof.^a Cícera Lima do Nascimento

Este estudo foi desenvolvido em uma escola da rede municipal de educação de Igarapé-Açu (PA), especificamente a Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento.

Optei por desenvolver a pesquisa em uma escola que atendesse aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, especificamente as turmas do 5º ano dos turnos da manhã e da tarde. Também foi importante para essa escolha termos livre acesso para a realização da pesquisa, a fim de facilitar o bom andamento deste trabalho e conhecer o ensino ofertado pela unidade de ensino.

Isto implicou fazer uma sondagem da educação municipal sobre o tema da dissertação, *O Ensino de História Local no 5º ano do Ensino Fundamental I: o Município de Igarapé-Açú e o potencial diálogo entre história e o lugar em que se vive*, tendo como base uma escola municipal como referência.

O referido espaço educacional foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento, a qual fica localizada na Avenida Barão do Rio Branco, rua da caixa d'água, S/N, bairro da Coreia no município de Igarapé-Açu. Esse bairro, apesar de ter uma identificação com a história do referido município, apresenta vários problemas sociais, econômicos e políticos.

A história dessa escola está atrelada à iniciativa da Professora Maria de Lourdes Lima de Jesus, que, preocupada em alfabetizar as crianças do bairro da coreia, saiu de casa em casa matriculando-as. No entanto, como não havia um prédio próprio e adequado para esse processo, ela começou a lecionar em uma sala da casa do Sr. Raimundo Ferreira de Lima, conhecido como Pé Fino, morador do bairro que gentilmente cedeu o espaço da sua residência para que a professora pudesse alfabetizar os 45 alunos que ela mesma havia matriculado (Igarapé-Açu, 2013, p.9).

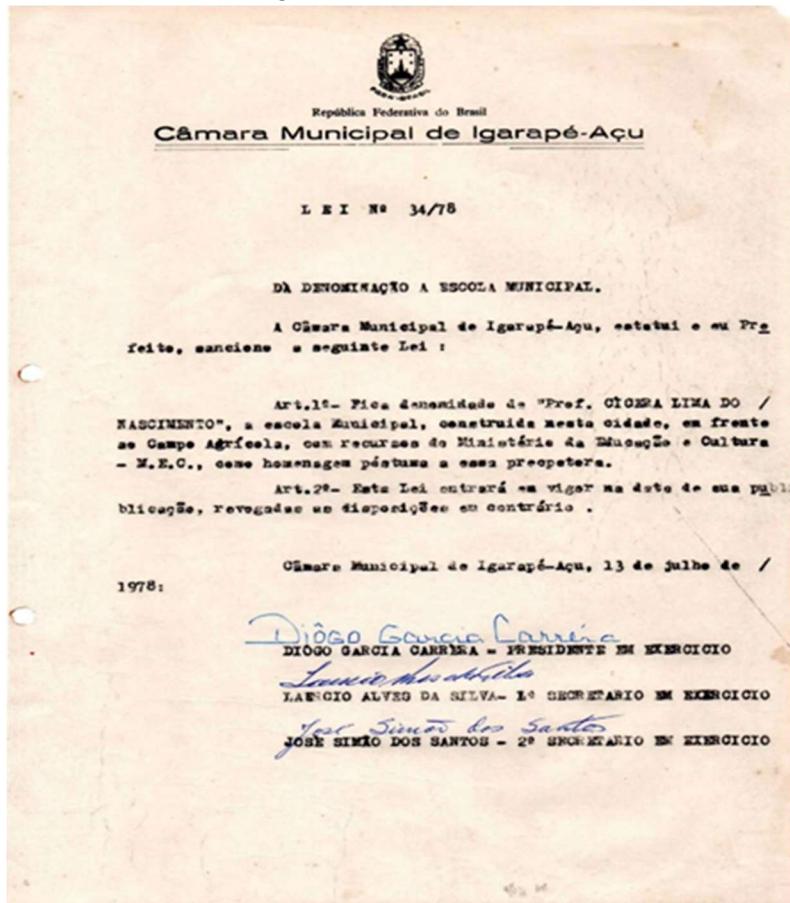
Segundo a professora Maria de Lurdes na entrevista concedida, o número de alunos aumentou, com os anos, gradualmente e ficou inviável continuar lecionando e alfabetizando na casa do seu Raimundo Ferreira de Lima. Então, ela se direcionou ao prefeito municipal da época para solicitar a construção a de uma escola no bairro da Coreia, para que pudesse atender a demanda de alunos que havia aumentado.

A construção da Escola Cícera Lima iniciou em 15 de junho de 1976, tem sido fundada em 1977, na gestão do então prefeito, o sr. Raimundo Saturnino da Silva, e o vice, o sr. Edmar de Moura Melo, os quais governaram Igarapé-Açu de 15 de março

de 1977 a 31 de janeiro de 1983, durante a administração do então governador do Estado, o sr. Aloysio da Costa Chaves (Igarapé-Açu, 2013, p.9).

Segundo a professora Maria de Lurdes, quando as aulas aconteciam na sala da casa do seu Pé Fino, a escola se chamava Paraíso da Infância. Quando ela foi construída, recebeu o nome da professora Cícera Lima do Nascimento, em homenagem à sua contribuição na educação do Município. Esse estabelecimento de ensino atende a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino (Igarapé-Açu, 2013, p.9).

Figura 7 – Documento que determinou a construção e nome da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento



Fonte: Igarapé-Açu (1978)

Em 13 de julho de 1978, a câmara municipal de vereadores de Igarapé-Açu, por meio da lei nº 34/78, determinou a construção da escola, denominando-a de Prof.^a Cícera Lima do Nascimento, como homenagem póstuma a essa preceptora.

De acordo com a entrevista cedida pela professora Maria de Lurdes, a escola era composta de duas salas de aulas, uma copa cozinha e um banheiro. Com o tempo,

em consequência da demanda por vagas na Escola, houve a necessidade de ampliá-la, passando de duas para quatro salas.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Cícera Lima do Nascimento é estabelecida como Polo V. Assim, é responsável pedagogicamente e administrativamente por 12 escolas anexas na zona rural.

Atualmente, estão matriculados na escola 283 alunos, dos quais 151 estudam durante a manhã e 132, durante a tarde. Dentre eles, 49 são discentes de turmas do 5º ano, sendo 30 vinculados à turma da manhã e 19, à turma da tarde. Ademais, todos os alunos da aludida escola são beneficiários do Programa Bolsa família.

As idades dos alunos que frequentam a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Cícera Lima do Nascimento variam entre 4 anos completos até 12 anos completos. Em relação aos alunos do 5º Ano, eles se situam na faixa etária de 10 a 12 anos, todos frequentando a escola nos seus respectivos horários, sendo assistidos por programas beneficiários do governo federal.

Quanto ao quadro de funcionários, a escola atualmente tem 43 funcionários (23 de apoio e 21 professores). Os 21 integrantes do corpo docente são graduados, dos quais 19 são pós-graduandos. Uma professora do 4º ano é concursada e mestra em educação; outro professor do 5º ano do turno da manhã é pós-graduado em educação matemática para os anos iniciais e gestão escolar; e, no 5º ano da tarde, a professora é contratada e pós-graduanda.

A gestão escolar é composta por um diretor e dois vice-diretores, eleitos por meio de eleições diretas, nas quais foram votados pela comunidade escolar, pelos pais dos alunos da referida escola, e pela secretaria escolar.

Quanto aos funcionários dos recursos humanos e do pessoal de apoio, há 23 (vinte e três) agentes assim distribuídos: 2 (dois) assistentes administrativos (contratados), 2 (duas) merendeiras, 1 (uma) servente (contratada), 5 (cinco) vigias (concursados), 2 (dois) porteiros, 1 (um) assistente educacional (concursado), 3 (três) coordenadoras pedagógicas e 3 (três) auxiliares de serviços educacionais (concursadas).

Em relação às dependências físicas da escola, ela possui sete salas, que funcionam nos turnos da manhã e da tarde; uma secretaria, que funciona improvisadamente como a diretoria, o arquivo passivo e a própria secretaria; uma copa-cozinha, na qual é preparada a alimentação escolar dos alunos; uma sala de leitura. Há também três depósitos, sendo um usado para guardar materiais de

limpeza, um para armazenar a merenda escolar e outro é destinado para deixar materiais diversos. Nesse ambiente estão incluídos três Banheiros, sendo dois dos alunos e um dos funcionários.

A escola possui um laboratório de informática, que atualmente não funciona devido aos computadores não estarem em bom estado para atender as demandas dos professores e dos alunos. Além disso, a sala ainda é utilizada como o “Cantinho da Leitura”.

Quanto ao perfil socioeconômico dos alunos, podemos observar que ele é bem heterogêneo. Uma boa parte da renda dos familiares dos discentes é de apenas um salário-mínimo e 60% das demais são assistidas por programas sociais do governo federal, como bolsa escola e bolsa família.

Figura 8 – Inauguração da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento



Fonte: Evangelista [1977?]

Figura 9 – Inauguração da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento



Fonte: Assunção [1977?]

Figura 10 – Foto atual da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento



Fonte: Evangelista (2021)

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento possui vários recursos tecnológicos e metodológicos, mas a grande maioria encontra-se impossibilitada de ser usada. Logo, isso compromete o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e a aplicação e desenvolvimento dos projetos que a escola

expande interna e externamente; pois, no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, está contemplada a inserção tanto dos pais dos alunos quanto da comunidade escolar, por meio da realização dos projetos que a escola executa.

De 1977 até 1989, a escola Cícera Lima do Nascimento fazia parte do Projeto Casulo. Em virtude do contexto histórico dessa época, a educação atendia as demandas de uma educação positivista, enfatizando um ensino voltado ao civismo e à moral.

De acordo com as falas da professora Ana Inês, que lecionava no Projeto Casulo, o objetivo da iniciativa era desenvolver principalmente a coordenação motora e a linguagem da criança, utilizando trava-línguas como metodologia. A educação desse período era muito rígida quanto ao processo de alfabetização das crianças, enfatizando a escrita, a leitura, a caligrafia, a interpretação de texto, além do ensinamento dos bons modos.

Nesse contexto, destaca-se uma política educacional anterior ao surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em que nas escolas do município de Igarapé-Açu, de acordo com a professora Raimunda Chagas, não se preocupavam em ensinar a história local e oral para os alunos. Havia a preocupação de ensinar os alunos a matéria do dia como português, matemática, história do Brasil, ciências e conhecimentos gerais.

No contexto atual, pós-LDB, os conteúdos presentes nos planejamentos das disciplinas que integram o currículo da escola citada estão organizados de acordo com as normas das Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental, da Matriz Curricular do Município e também da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Assim, englobam-se os conteúdos centrais para a formação do aluno nas seguintes áreas do conhecimento: Linguagens e Códigos, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu, Arte e Educação Física.

As concepções que norteiam a escola, segundo o seu PPP – Projeto Político Pedagógico (Igarapé-Açu, 2013), estão ligadas e relacionadas ao papel que a ela deve desempenhar para que seus alunos possam entender e aprender noções educativas; pois a escola contemporânea é um lugar de convívio e legitimação de diversos saberes e fazeres, considerando a socialização um dos fatores primordiais para o conhecimento formal e histórico.

Segundo Vasconcellos (2007), o projeto político pedagógico (ppp) é:

O Projeto Político Pedagógico (PPP) consiste no plano global de uma instituição, resultado da sistematização de um planejamento participativo. É um instrumento teórico-metodológico, direcionado à intervenção e à mudança da realidade, responsável por definir claramente o tipo de ação educativa que a escola pretende realizar (Vasconcellos, 2007, p.19).

De acordo com Vasconcellos, o PPP é participativo, pois é um instrumento teórico-metodológico responsável por acionar as mudanças educativas que a escola pretende alcançar de acordo com sua realidade e objetivos propostos.

Assim, a escola é um espaço de ampliação da experiência humana que permite o trabalho novos saberes, metodologias e áreas de conhecimento contemporâneas. Sua função é promover crescimento e desenvolvimento humano, criando possibilidades para que os sujeitos socializem experiências, realizem aprendizagens e construam suas identidades numa perspectiva de pleno exercício da cidadania.

Dessa forma, os meios que servem de modelo para o trabalho desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento estão de acordo com os princípios de Democracia constantes no artigo 206 da Constituição federal, bem como com os princípios da educação determinados pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em seu artigo 205.

4.1.4 O Que Dizem os Professores cerca da Disciplina na Escola

Buscando compreender como ocorre o exercício da disciplina História e Identidade Cultural de Igarapé-Açu no ambiente da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento, fora realizada a aplicação de questionário com 11 professores.

Quanto ao questionário, optamos por estruturá-lo assim: na primeira parte, referente aos dados socioculturais do participante, há perguntas sobre a identificação nominal, a série para a qual ele ministra aula, o grau de escolaridade, o gênero, o tempo de serviço e a idade; em seguida há três perguntas semiestruturadas específicas, das quais uma é fechada e duas são abertas. Todos os 11 questionários distribuídos foram respondidos, não havendo devolução.

Os respondentes possuem idade que variam de 31 a 54 anos. Quanto ao gênero, 18,18% são do sexo masculino; e 81,81%, feminino. Quanto à análise da

natureza do vínculo trabalhista, observamos que 81,81 % são professores efetivos, pois entraram por meio de concurso público municipal; 9,09% estão em processo de efetivação, pois já atuava como professor antes das mudanças da Constituição Federal; e apenas 9,09% são contratados (vínculo temporário).

No que diz respeito à escolaridade dos docentes participantes da pesquisa: 100% são pedagogos, 45,45% são pós-graduados e apenas uma educadora possui mestrado na área de linguagens e letramentos pelo programa de pós-graduação do Profletras.

Diante de todas as informações acima a respeito da escola, partimos para a problemática que nos levou a escrever esta dissertação; pois, como metodologia adotada, foi aplicado um questionário aos professores pedagogos da escola Cícera Lima. O quadro abaixo nos mostra algumas dificuldades enfrentadas por esses professores para trabalharem melhor com seus alunos a disciplina História e Identidade Cultural de Igarapé-Açu – HICI.

Quadro 3 – Dificuldades encontradas pelos educadores para ministrar a disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu

PROFESSORES	DIFÍCULDADES
A	Não tem assuntos apropriados
B	Não há um material concreto
D	Falta de materiais didáticos
E	Ausência de material didático
F	Falta de material adequado
G	Escassez de material adequado
L	Falta de material pedagógico, elaborados pela equipe técnica da Secretaria de Educação; Ausência de uma matriz curricular;
C	Falta de material de pesquisa; ausência da Secretaria de Educação, por não está fornecendo um projeto de capacitação
I	Não encontramos material direcionado
H	Não temos um acervo adequado para se trabalhar
J	Não ter um livro didático

Fonte: autor (2024)

De acordo com o quadro 3, 7 professores, o que corresponde ao percentual de 72,72% dos que responderam ao questionário, alegam que a ausência de material didático é uma das principais dificuldades que enfrentam para trabalhar a disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu.

No quadro acima, a ausência do material didático está bastante latente nas respostas dos professores. Para Fonseca (2003, p. 6), “o livro didático é o principal veículo de difusão da história na sociedade contemporânea, no qual ele desempenha uma grande importância no processo educativo, em sala de aula.”

Bittencourt (2009) amplia essa discussão, ao enfatizar o importante papel dos materiais didáticos no ensino e na aprendizagem de História. Para a autora,

os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina (Bittencourt, 2009, p. 296).

No entanto, Costa (2017) observa que o livro não é o único recurso didático a ser utilizado e explorado quando se trata de ensinar os alunos, porque a prática educativa não é estática e sim dinâmica. Cabe ao educador, no exercício das funções, buscar ir além dos livros, para tornar seu processo de ensinamento mais produtivo.

Enquanto 27,27% citaram que não tem um acervo, livro didático nem material direcionado; já 18,18% destacaram a ausência da Secretaria de Educação e apenas 1 professora (ou 9,09%) alegou não existir uma matriz curricular.

Com base no que os teóricos escrevem a respeito desses conceitos, associado ao potencial histórico que o município de Igarapé-Açu apresenta, a ausência de um recurso didático adequado para o ensino da história local não é desculpa para lecionar esse conteúdo, mas sim um meio de despertar nesse educador interesse maior em explorar o potencial histórico que o município oferece.

4.1.5 Análise dos Dados Específicos da Pesquisa

A partir da aplicação dos questionários, buscamos extrair das respostas diversificadas alguns dados que podem auxiliar a interpretar a escrita da nossa pesquisa.

Em relação à primeira questão, os docentes, ao serem indagados se trabalham a história do município de Igarapé-Açu em suas aulas, responderam de forma unânime que sim. Tal afirmação já era esperada, visto que, desde o ano de 2022, por meio da resolução nº 006/2022, o município implantou a disciplina História e Identidade Cultural do Município de Igarapé-Açu, a qual faz parte do componente da matriz curricular, estando pressente na parte diversificada. Por isso, o ensino dela é obrigatório nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), objetivando valorizar as tradições locais do Município.

No entanto, na segunda questão, quando questionamos aos professores se eles encontram algumas dificuldades para ministrar a disciplina, os 11 questionados sinalizaram que sim, e justificaram suas respostas, alegando que a principal delas é a ausência de um material didático adequado para poderem trabalhar com seus alunos a disciplina.

Tais afirmações podem ser ilustradas a partir das respostas dos docentes A, B, C e D:

As dificuldades são muitas. Trabalhar uma disciplina sem assuntos apropriados e direcionados a uma faixa etária é muito complicado, principalmente quando não há uma fundamentação teórica a sustentar determinado assunto que será ministrado naquela turma (PP A, 3º ano, 2023).

Sim, por falta de materiais didáticos apropriados para que se possa desenvolver um bom trabalho de acordo com a realidade local (PP D, 1º ano, 2023).

Em relação às respostas da segunda pergunta do questionário, os professores pedagogos responderam que a falta de um material pedagógico adequado dificulta que eles desenvolvam um bom trabalho com seus alunos a respeito da história local. Os professores indicam a falta de materiais, de quaisquer incentivos e de suporte da parte da SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Igarapé-Açu – e do poder público local para trabalharem a História do município. Segundo as respostas dos educadores C e L:

Sim, pois a falta de material de pesquisa, e a secretaria de educação deveria está fornecendo um projeto de capacitação acerca da identidade cultural do município (PP C, 5º ano, 2023).

Sim. A principal dificuldade na aplicação da disciplina é a ausência de uma matriz curricular estruturada, bem como a falta de um material pedagógico,

como livros e/ou apostilas elaboradas pela equipe técnica da SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Igarapé-açu (PP L, 5º ano, 2023).

Quanto à ausência da matriz curricular, as educadoras estão equivocadas. O município estabeleceu, desde 2013, por meio do artigo 4º da resolução nº 006/2022, a matriz de História Identidade Cultural de Igarapé-Açu. A disciplina passou a integrar o currículo escolar do Ensino Fundamental e está presente na parte diversificada, tendo uma carga horária semanal de 45 horas e anual de 800 horas.

Em virtude dessa resposta, há a necessidade de levar ao conhecimento dos docentes que no município existem uma organização e um documento curricular respaldados por uma resolução, a qual foi discutida e aprovada.

Além disso, professores alegaram que não há um acervo adequado, que precisam improvisar materiais e que não há um material concreto, como observamos nas seguintes respostas dos educadores B, H e J.

No atual momento encontro várias dificuldades, por não haver um material concreto no qual possamos manusear e nos auxiliar no decorrer do ano letivo (PP B, 2º ano, 2023).

Sim, pois não temos um acervo adequado para se trabalhar (PP H, 2º ano, 2023).

Sim, por motivo de não ter um livro didático. Porque temos que improvisar (PP J, 3º ano).

Como ressaltam as autoras Fonseca (2012) e Bittencourt (2003), as quais situam a discussão nas séries iniciais do ensino fundamental, ensinar história local vai além do espaço escolar, dos planejamentos educacionais e das matrizes curriculares.

No caso da Escola Cícera Lima, ela está localizada às margens da antiga estrada de Ferro Belém-Bragança. Basta os professores procurarem estudos referendados e autores que versam sobre essa que foi uma das grandes obras que contribuiu para o surgimento e desenvolvimento, ao longo dos trilhos, de várias colônias que, com o tempo, transformaram-se em cidades, dentre elas Igarapé-Açu, como cita Carvalho (Pará, 1901): em 1895 foi criado o núcleo de Jambu-Açu, que mais tarde passou a ser denominado Igarapé-Açu (Rocha, 2014, p. 38).

Onde Caimi (2018) diz:

‘para ensinar história a João é preciso entender de ensinar, de história e de João’. Há algumas décadas se pensava que para ensinar história bastaria entender de história, pois o ensino dessa disciplina consistia num processo

de transmissão de conhecimentos históricos protagonizados pelo professor, e, conquanto este utilizasse técnicas e recursos adequados, a aprendizagem 'de João' seria uma consequência natural (Caimi, 2018, p. 71).

Segundo a autora, ensinar história vai além de entendê-la, pois se trata de uma prática que consiste na transmissão de conhecimentos históricos protagonizados pelos educadores, que se utilizam de variadas técnicas e recursos adequados para aprender o João e ensinar o João.

Diante do exposto, verificamos que o município de Igarapé-Açu tem um grande potencial historiográfico, o que é observável em espaços de memórias, patrimônios materiais e imateriais, fotos antigas e relatos orais. Ademais, é importante ressaltar a existência de outras formas de se fazer e ensinar história local, as quais, de acordo com os autores pesquisados, contribuem para o processo de ensino e aprendizagem, à medida que esse potencial é pesquisado, analisado, visitado, ouvido e estudado. Logo, com tantas possibilidades, não há necessidade de o professor improvisar suas aulas, mas sim de torná-las mais atrativas e dinâmicas.

Concluímos que os professores da Escola Cícera Lima serão os protagonistas em suas aulas, quanto ao ensino da história local, a partir do momento em que entenderem e aprenderem que o ensino de história local é dinâmico e não engessado. Para isso, os docentes devem tanto abordar, conhecer e entender o conteúdo como olhar para a matriz curricular do 5º ano.

No entanto, com relação à terceira e última pergunta do questionário que também é aberta, indagamos a respeito de quais materiais didáticos eles se baseiam para ministrarem a disciplina Identidade Cultural em suas aulas. De acordo com o quadro abaixo, podemos observar quais são esses recursos.

Quadro 4 – Usos de materiais didáticos

PROFESSORES	MATERIAIS DIDÁTICOS
A	Uso da Internet
B	Pesquisa no google; Compartilhamento de materiais com os colegas; O Livro Memória de Igarapé-açu.
C	O Livro Memória de Igarapé-açu; Compartilhamento de materiais com os colegas.
D	O Livro Memória de Igarapé-açu; Uso da Internet.
E	O Livro Memória de Igarapé-açu; Pesquisa Oral;
F	O Livro Memória de Igarapé-açu; Uso da Internet; Apostilas.

G	Compartilhamento de materiais com os colegas;
H	O Livro Memória de Igarapé-açu; Informações orais;
I	História e Geografia
J	Por documentários e pelo Youtube
L	Pesquisas próprias – livros e internet; Materiais elaborados; Visitas aos espaços históricos, quando possível

Fonte: autor (2024)

Segundo o quadro 2, os professores B, C, D, E, F e H se utilizam do livro Memória de Igarapé-Açu para buscarem informações a respeito da História do município, a fim de elaborarem seus planos de aulas. Esse dado corresponde a 54,54% dos 11 professores questionados.

O livro Memória de Igarapé-Açu, um texto memorialista escrito por Aluizio Moraes de Freitas, é a obra mais usada pelos educadores para tratar da história de Igarapé-Açu. Contudo, há também outras fontes de conhecimento que servem como referência. Nesse sentido, podemos mencionar os trabalhos de Rocha (2022), Lima (2006), Silva (2006) e Souza (2020), além dos livros de Cruz (1955), Muniz (1916) e Lacerda (2016, 2018).

Mesmo com essas informações, o professor pedagogo A, após ser questionado a respeito de quais materiais se baseia para abordar a História Local em suas aulas, respondeu:

Uma das ferramentas principais que utilizo é a internet que traz informações mais atualizadas sobre o município, porém muitas das vezes, informações confusas (ambíguas) que acabaram entrando em contradição por falta de fontes seguras para uma fundamentação exata (PP A, 3º ano, 2023).

O uso da internet pelos educadores na busca de materiais como imagens, documentários, reportagens – os quais auxiliam na obtenção de informações a respeito da história local – tem ganhado uma maior notoriedade nos últimos anos. Na escola Cícera Lima, esse percentual chega a 54,54% dos professores questionados. Entretanto, podemos observar, na resposta do professor A, o quanto o uso da internet como recurso didático apresenta algumas contradições, pois ele possibilita, de acordo com o educador, o acesso a informações mais atualizadas, porém confusas e contraditórias a respeito do município de Igarapé-Açu, por falta de fontes históricas seguras.

Já quanto ao compartilhamento de materiais sobre história local entre colegas de trabalho da escola, o percentual dos que confirmam essa estratégia é de 27,27%, os professores B, C e G. Segundo os educadores questionados, é uma prática como para eles a procura de fontes e troca de informações, para em seguida escreverem textos e os trocam entre si.

Por sua vez, a metodologia da pesquisa oral é utilizada como material didático por apenas 18,18% dos educadores, os quais, através de entrevistas com pessoas mais idosas do município, buscam informações a respeito da história de Igarapé-Açu. Isso pode ser observado nas respostas dos professores E “através da pesquisa oral com as pessoas mais antigas do município” e H “e também de informações orais de pessoas antigas de nosso município, mas nada muito contundente, para suprir nossos anseios”.

De acordo com Delgado (2006):

A história oral inscreve-se entre os diferentes procedimentos de método qualitativo, principalmente nas áreas de conhecimento histórico, antropológico e sociológico. Situa-se no terreno da contra generalização e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas (Delgado, 2006, p.18).

Thompson (1992), por sua vez, afirma:

a singularidade é profunda lição de história oral e de cada história de vida. Afirma, ainda, que a história oral ao dedicar-se a recolher depoimentos individuais, que se referem a processos históricos e sociais, apresenta inúmeras potencialidades metodológicas e cognitivas, entre as quais destacamos as seguintes: recuperar memórias locais e informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documentos (Thompson, 1992, p.19).

Ao considerarmos tanto os dois autores citados quanto as respostas dos professores E e H, é observável que os educadores têm buscado ampliar seus conhecimentos e metodologias, fazendo a diferença quanto ao uso das entrevistas para recuperar as memórias locais e informações que vão além das que estão escritas. Ademais, são observáveis a relativização e a universalização das experiências humanas como meio de conhecimentos para poder ensinar aos seus alunos.

A pesquisa oral ampliou seus estudos para os campos das ciências humanas e sociais, enfatizando a história problema. Logo, deu-se visibilidade tanto aos

silenciados, aos marginalizados, aos grupos minoritários quanto à história do cotidiano e da vida privada, opondo-se à história tradicional e positivista. Como destaca (Barroso, 2016), essa metodologia possibilitou novos estudos e novas fontes, para ajudar na construção ou reconstrução da nossa identidade.

Ainda referente ao quadro 2, foi possível constar que 27,27% dos professores questionados mencionaram o uso de diferentes recursos didáticos, além dos já citados acima, para ministrarem a disciplina História e Identidade Cultural de Igarapé-Açu – HICI em suas aulas. Destacamos alguns trechos das respostas dos professores F e J para ilustrar suas declarações:

“me baseio no livro Memórias de Igarapé-açu, apostilas e imagens (retiradas da internet)”. (PP, 2023, 1º ano).

“nas aulas referentes a disciplina História e Identidade Cultural de Igarapé-açu, uso como materiais didáticos alguns documentários”. (PP, 2023, 3º ano)

A diversificação dos materiais didáticos está explícita no quadro 2. Podemos observar essa variedade em virtude das maneiras como os professores das séries iniciais do ensino fundamental da escola lócus da nossa pesquisa estão ministrando suas aulas da disciplina HICI.

Mesmo com essas divergências encontradas nas respostas concedidas pelos professores aos questionários, percebemos que houve uma mudança quanto ao ensino de história local e oral de Igarapé-Açu.

Anteriormente à BNCC, o ensino da história local no município, em virtude do contexto político, não era enfatizado, pois predominava uma educação de caráter positivista e tradicional. Contudo, com as mudanças das políticas educacionais no Brasil, o ensino na rede municipal mudou. Por conseguinte, permitiu-se uma abordagem mais próxima da realidade dos nossos alunos, apesar das limitações quanto ao material didático a respeito da história local, o que foi alegado por 72,72% dos professores questionados.

No entanto, mostramos que o município de Igarapé-Açu, construído a partir da Estrada de Ferro Belém-Bragança, tem um potencial histórico, observado a partir das leituras dos teóricos que auxiliaram na construção da escrita desta dissertação.

Sendo assim, as leituras de Halbwachs (2013), Pollack (2003) e Hobsbawm (1984) ajudaram-nos a compreender que a construção de uma identidade e a retomada de memórias e lembranças precisam ser conhecidas. Por isso, ressalta-se

a importância dos estudos da história local, dos lugares de memórias e dos patrimônios.

5 PRODUTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO – UM RECURSO PARA AUXILIAR O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL POR MEIO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA.

Abordamos, neste capítulo, a proposta de sequência didática (que pode ser consultada no apêndice D) para auxiliar no ensino de história local das turmas de 5º ano dos horários matutino e vespertino da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.ª Cícera Lima do Nascimento. O produto foi elaborado com base nos aportes teóricos presentes nesta dissertação e no resultado da aplicação de um questionário aos professores sobre como eles estão ministrando, em suas aulas, a disciplina História e Identidade Cultural de Igarapé-Açu.

Essa sugestão da sequência didática foi estruturada de acordo com a linha de pesquisa Os Saberes Históricos no Espaço Escolar, do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. Nessa iniciativa, enfatizamos o processo de ensino e aprendizagem da história local nas séries iniciais do ensino fundamental, considerando as especificidades dos saberes e das práticas docentes na Escola Municipal Cícera Lima.

5.1 O que é uma sequência didática?

Oliveira assim conceitua Sequência Didática (SD):

É um procedimento simples que compreende um conjunto de atividades conectadas entre si, e prescinde de um planejamento para delimitação de cada etapa e/ou atividade para trabalhar os conteúdos disciplinares de forma integrada para uma melhor dinâmica no processo ensino-aprendizagem (2013, p.39).

De acordo com citação de Zabala (2010, p.18), sequência didática é “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”. Ou seja, uma sequência didática é uma ferramenta pedagógica que organiza metodologicamente atividades de maneira sequencial.

5.2 Para entender as sequências didáticas

As sequências propostas privilegiaram o trabalho em grupo, devido à realidade socioeconômica dos alunos das turmas do 5º ano dos turnos da manhã e tarde do ensino fundamental da Escola Cícera Lima.

Para cada etapa, definimos o título, os objetivos geral e específicos de aprendizagem do aluno, as orientações ao professor e o material necessário para realização da atividade pedagógica.

5.3 Diagnóstico Inicial

A problemática da pesquisa surgiu a partir das respostas de um questionário com perguntas semiestruturadas aplicado aos professores pedagogos que ministram aulas nas séries iniciais do ensino fundamental da Escola Cícera Lima. Na ocasião, investigava-se como eles trabalham com seus alunos a história local, tendo como parâmetro a disciplina HICI, e quais são os recursos didáticos que utilizam para a ministram.

Nas respostas dos professores questionados, observamos que a ausência de um material didático que possa facilitar o ensinamento da história local em suas aulas é uma das principais problemáticas.

Com base nos aportes teóricos desta dissertação e no potencial histórico que o município oferece, buscamos apresentar a proposta de uma sequência didática. Por meio desse produto, destacamos a História do município e as transformações ocorridas, o contexto histórico e as características desse processo de formação, os primeiros habitantes colonizadores e as primeiras atividades comerciais.

É válido também ressaltarmos que o intuito desta escrita é apresentar uma proposta metodológica para o ensino de história local nas turmas do 5º ano do ensino fundamental. Nesse sentido, a sequência didática (SD) tem por objetivo ajudar nas dificuldades que os educandos da Escola Cícera Lima estão enfrentando para ministram suas aulas sobre ensino da história local. Como afirma Zabala (2010, p.18), sequência didática é uma ferramenta pedagógica que organiza metodologicamente atividades de maneira sequencial. Logo, ressaltamos a importância da SD como um recurso para ser usado pelos educadores na organização das suas aulas de HICI.

5.4 Concepção da Sequência Didática

Despertar, no aluno do ensino fundamental menor, o interesse pelas aulas de história é sempre uma tarefa desafiadora para os professores, seja ela no espaço escolar ou em qualquer âmbito de aprendizagem.

Esses desafios não estão só nas propostas pedagógicas da escola, mas também além delas, pois ensinar um determinado conteúdo aos alunos requer o emprego de técnicas e a capacidade de se adaptar a eventuais adversidades. Logo, é importante que os professores busquem entender que o processo de ensino e aprendizagem vai além do chão da escola.

O desafio se torna ainda maior quando observamos que o município tem uma matriz curricular e que, na parte diversificada, há uma disciplina obrigatória. Nesse sentido, o uso de estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitem oportunizar aos alunos conhecimento de sua própria história, para assim construírem sua identidade e entenderem que existe uma memória e uma história local, é sempre bem-vinda.

Segundo Bittencourt (2018):

A história local geralmente se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre grupos sociais de condições diversas que participam de entrecruzamento de histórias, tanto no presente como no passado (Bittencourt, 2018, p.147).

A autora ainda complementa,

A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade existem os “lugares da memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônios históricos. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objetos de estudo (Bittencourt, 2018, p.147).

De acordo com a autora, é possível verificar o quanto é importante a discussão e a análise de possibilidades e de estratégias para se trabalhar o ensino-aprendizagem da história local mais contextualizada e significativamente, de maneira que os educandos possam ser ouvidos, lidos e tenham suas sugestões, ideias e experiências, de fato, valorizadas.

Além disso, o ensino da história local, vai além do chão da escola, das amarras dos conteúdos programáticos. Dessa forma pretendemos através de uma Sequência Didática (SD), oportunizar e ajudar os educadores a tornarem suas aulas de histórias mais dinâmicas e próxima da realidade dos seus educandos.

Diante das respostas obtidas com a aplicação dos questionários aos professores pedagogos da EMEF Prof.^a Cícera Lima do Nascimento, os quais alegam faltar um material didático adequado para trabalharem a disciplina HICI, apresentamos neste capítulo, por meio de procedimentos metodológicos, a proposta de uma SD especificamente para os docentes das turmas do 5º ano dessa escola. Assim, disponibilizamos um recurso didático facilitador e norteador para ser usado nas aulas de História e Identidade Local de Igarapé-Açu, a fim de propiciar a reflexão sobre a história do município e as transformações nele ocorridas, atender as demandas dessa disciplina obrigatória e mostrar o potencial histórico local que o município possui.

5.5 Espaço Educacional para a Aplicação da Sequência Didática

Situado na região do nordeste paraense, no município de Igarapé-Açu (PA), a Escola Municipal de Ensino fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento – localizada na Rua da Caixa D’água (S/N), Bairro Coréia, em Igarapé-Açu/PA – é uma instituição da rede pública municipal, na qual se oferta a modalidade do ensino fundamental do Pré-I ao 5º ano. A escola possui o seguinte código do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): 15061035 e CNPJ: 04.471.070/0001-89.

5.5.1 Perfil dos Educadores Respondentes

Aqueles que contribuíram para a pesquisa, foram os docentes das turmas do 1º ao 5º, turnos da manhã e da tarde da EMEF Prof.^a Cícera Lima do Nascimento, mas selecionamos e trabalhamos especificamente com os professores das turmas do 5º ano tanto do turno da manhã quanto do turno da tarde.

Os professores respondentes que contribuíram para a escrita dessa dissertação, possuem idade que variam de 31 a 54 anos, sendo dois deles masculino e nove femininos. Outra informação que obtivemos, é que entre os 11 professores, nove são professores efetivos, um está em processo de efetivação, pois já atuava

como professor antes das mudanças da Constituição Federal uma é contratada. Quanto aas suas escolaridades, os 11 são graduados e 5 são pós-graduados.

5.6 Um breve relato sobre a aplicação da sequência didática

A aplicação da sequência didática (apêndice D) ocorreu durante o mês de setembro de 2024, na Escola lócus desta pesquisa. A Primeira aula foi realizada em 02/09/2024, a segunda em 09/09/2024 e a terceira e última aula em 16/09/2024 (registros fotográficos no apêndice C).

Durante as três aulas, buscou-se alcançar, de forma inovadora, o atendimento das seguintes habilidades previstas no Documento Curricular do Município de Igarapé-Açu, no que diz respeito aos objetos de conhecimento da disciplina:

- Identificar no processo histórico do Município e os povos que fizerem parte de sua colonização (EF5IC01IG);
- Conhecer e identificar os grupos populacionais e sua importância no processo de formação do povo igarapéaçuense (EF5IC02IG);
- Identificar os diferentes grupos populacionais que compõe o município (EF5IC03IG);
- Compreender as tradições e valorização da memoria do Município (EF5IC05IG);
- Compreender as transformações sociais ocorridas no espaço/tempo (EF5IC06IG).

No que diz respeito à avaliação da sequência didática, cabe ser destacado o envolvimento dos alunos na realização das atividades propostas para compreender o conteúdo da disciplina. Isto implica, por exemplo, o envolvimento dos pais, dos responsáveis e dos professores da turma, na participação durante as aulas. Ademais, destacam-se os materiais que foram trazidos e colecionados pelos alunos e que possuem um conteúdo riquíssimo que retrata a história do Município.

A realização dessas atividades, desmitificam as narrativas que foram colhidas durante a pesquisa, de que ministrar a disciplina é complexo, tendo em vista a inexistência de material didático, bibliografia e outros elementos que possam ser introduzidos durante as aulas. A história se constrói com a contribuição de cada um – alunos, professores, pais, comunidade em geral – e a documentação da bagagem cultural que cada um possui transforma-se num excelente material didático que retrata a origem e a trajetória de um povo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo sempre nos causa medo. Quando iniciamos as pesquisas de mestrado para a construção dessa dissertação, fomos desafiados a entrar no universo do conhecimento do ensino de história local, um espaço repleto de informações as quais nos provocou medo, viagens, ideias, possibilidades e vontade de aprender cada vez mais.

No entanto, a vontade de superar esse medo veio antes mesmo de ser aprovado, no ano de 2022, no Programa de Pós-graduação em ensino de história – Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. Como sou professor de história da educação básica há mais de 15 anos, sendo uma das referências quando se trata da história local no município onde resido, sou sempre procurado por outros educadores, os quais vêm em busca de informações a respeito da historiografia do município de Igarapé-Açu. Isso me despertou o interesse em buscar ampliar os estudos e os conhecimentos a respeito do ensino de história local na educação básica.

Em virtude dessa situação, busquei estudar para ser aprovado no Mestrado Profissional do Profhistória, tendo sido uma batalha árdua para conquistar uma das 27 vagas ofertadas pelo programa no ano de 2022, mas consegui. Nesse contexto, o medo só aumentou, pois sabia que o programa ofertava uma grande curricular extensa. Sabia que não seria fácil, mas a vontade de conhecer superou o medo.

Cada semestre, com as disciplinas, as leituras e os respectivos professores, motivava-me a ampliar meus conhecimentos e a ultrapassar o medo que ainda me consumia, pois saímos das aulas cheios de ideias e de incentivos.

Além de ser uma das referências quanto à busca por repostas sobre a história local, no ano de 2023, por meio da resolução nº 006/2022, a nova matriz curricular do Município para a Educação Infantil e Ensino Fundamental implantou, na parte diversificada, a disciplina História e Identidade Cultural de Igarapé-Açu, objetivando valorizar as tradições locais do Município.

Sendo a problemática desta dissertação, os professores pedagogos da rede municipal, em especial das turmas do 5º ano dos horários da manhã e tarde da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.ª Cícera Lima do Nascimento, o nosso lócus de pesquisa, alegaram, por meio das respostas de um questionário aplicado a eles, que sentem dificuldade de ministrar essa disciplina em suas aulas, em virtude da ausência de um material didático adequado para se trabalhar essa disciplina.

Os docentes alegaram que precisam improvisar material, buscar informações na internet para trocar com outros colegas de turma sobre a história do município. Além disso, eles também responderam que não existe uma matriz curricular e que a Secretaria de Educação do Município (SEMED) não dá o devido apoio para que possam ministrar essa disciplina obrigatória em suas aulas.

Partindo dessas problemáticas, procuramos por leituras, estudos e escritas a respeito do ensino da história local nas séries iniciais do ensino fundamental. Esse campo de investigação apresentou teóricos que se diferenciam, porém aceitou-se o desafio de pesquisar, pois o ensino de história local, mesmo sendo reconhecido por sua complexidade e diversidade, é de suma importância na educação básica para que as crianças possam saber que elas são sujeitos históricos e que fazem parte da construção da sua própria história.

Os resultados da pesquisa apresentados na escrita da dissertação são variados, mas isso nos possibilita entender que o processo de ensino-aprendizagem vai além das determinações do currículo escolar, pois, segundo alguns autores que versam sobre o ensino de história nas séries iniciais, o ensino de história local vai além do chão da escola.

De acordo com os resultados da nossa pesquisa, percebemos que a ausência de um material didático adequado é um dos principais empecilhos para os professores pedagogos ministrarem suas aulas. Diante disso, questiono: que material didático adequado seria esse? Enfatizo que Igarapé-açu tem um rico potencial histórico, o qual podemos observar nos patrimônios materiais e imateriais, além de trabalhos bibliográficos e livros que trazem muitas informações a respeito da história do município.

Sabemos que esta pesquisa ainda é pouco para preenchermos essa lacuna a respeito da ausência de um material didático sobre o ensino da história local apresentada, mas os esforços não se dão por finalizados, pois temos muito a explorar e conhecer sobre potencial histórico do município. Esta dissertação é apenas o início de um trabalho que pretendemos ampliar, pois nossas crianças da educação básica precisam criar suas identidades e retomar as memórias que precisam ser descobertas a respeito da história de Igarapé-Açu.

Diante dos resultados que constam na pesquisa, apresentamos como produto a proposta de uma sequência didática, a qual está estruturada em atividades como pesquisa bibliográfica, entrevistas, visitas, conversas e análises de fontes históricas.

Assim, apontamos uma solução para auxiliar os educadores da Escola Cícera Lima, que alegam faltar um material didático adequado para trabalharem, com seus alunos das turmas do 5º ano da manhã e da tarde, a disciplina História e Identidade Cultural de Igarapé-Açu.

Dessa forma, chegamos ao final da nossa dissertação, a qual foi um grande desafio que começamos com medo, mas que finalizamos com coragem e um sentimento de que ela não está acabada. É notório que o estudo do ensino de história local na educação básica já é amplo, porém não o bastante para deixarmos de acreditar que os ensinamentos vão além dos muros da escola, dos currículos escolares e das páginas dos livros didáticos, pois o conhecimento é infinito e a história local é construída a cada dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSUNÇÃO, Mário Lima de. **Inauguração da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento**. [1977?]. 1 fotografia. Coleção particular.
- ATHAYDE, Antonio. **Ruínas da Base Aérea de Igarapé-Açu**. In: MINUBE. [s. l.]: Minube, c2007. Disponível em: <https://www.minube.com.br/sitio-preferido/ruinas-da-base-aerea-de-igarape-acu-a3707968>. Acesso em: 15 maio 2024.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: JORNADA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA, 4. Para uma educação de qualidade: **Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED); Instituto de Educação e Psicologia; Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.
- BARBOSA, Sandro. **Igreja Matriz de São Sebastião**. 2019. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.icarogomes.com/2019/07/igarape-acu-sob-o-olhar-de-sandro.html>.
- BITTENCOURT, Circe (org.). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 maio 2023.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Fundamental 3º e 4º Ciclos – História. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- COSTA, Maria Helena de Carvalho; MACENA, Romildo Araújo; CRISPIM, Rafael Cândido; NETO, Olívio Medeiros de Oliveira; SANTOS, José Ozildo dos. O papel do livro didático no processo educativo. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4, 2017, João Pessoa. **Anais** [...]. [s. l.]: Editora Realize. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_M_D1_SA2_ID7225_26092017152510.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.
- CRUZ, Ernesto. **A estrada de ferro de Bragança**: visão social, econômica e política. Belém: Falângola, 1955.

DA COSTA, Clérica Botêlho; LONGO, Clerismar Aparecido; BARROSO, Eloisa Pereira (org.). **História Oral e Metodologia de Pesquisa em História**: Objetos, Abordagens, Temáticas. Jundiaí, Paco Editorial: 2016. 212 p. Inclui bibliografia.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

EVANGELISTA, Maria José. **Foto atual da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento**. 23 jun. 2021. 1 fotografia. Coleção particular.

EVANGELISTA, Maria José. **Inauguração da Escola Municipal Professora Cícera Lima do Nascimento**. [1977?]. 1 fotografia. Coleção particular.

FONSECA, Selva Guimarães. A História na educação básica: conteúdos, abordagens e metodologias. *In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVA ATUAIS*, 1. **Anais** [...]. Belo Horizonte: [s. n.], nov. 2010.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. 296 p.

FREITAS, Aluízio Moraes de. **Memória de Igarapé-açu**: um livro sobre o município de Igarapé-açu. Sua história...sua terra...sua gente. Belém: gráfica SUPERCORES, 2005.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 142 p.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2018. 472 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaciara Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra S/A, 1984.

IGARAPÉ-AÇU. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 02, de 27 de abril de 2022**. Aprova, homologa, institui e direciona a implementação do Documento Curricular do Município de Igarapé-Açu. Igarapé-Açu: CME, 2022.

IGARAPÉ-AÇU. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 06, de 13 de**

dezembro de 2022. Dispõe sobre aprovação de nova Matriz Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Igarapé-Açu/Pará. Igarapé-Açu: CME, 2022.

IGARAPÉ-AÇU. **Lei nº 34/78.** Dá denominação a escola municipal. Igarapé-Açu, PA: Prefeitura Municipal, 1978. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Igarapé-Açu

IGARAPÉ-AÇU. **Lei nº 084/91.** Transforma o mercado Municipal de Igarapé-Açu (inaugurado em 08.06.1940), em “CENTRO CULTURAL, e dá outras providencias. Igarapé-Açu, PA: Prefeitura Municipal, [2021b]. Disponível em: <https://prefeituradeigarapeacu.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/LEI-084-1991-Transforma-o-Mercado-Municipal-de-Igarape-Acu-inaugurado-em-08-06-1940-em-Centro-Cultutarl-e-da-outras-providencias.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

IGARAPÉ-AÇU. **Lei nº 060/91.** Dispõe sobre o Tombamento do Mercado Municipal de Ig.Acu e dá outras providencias. Igarapé-Açu, PA: Prefeitura Municipal, [2021a]. Disponível em: <https://prefeituradeigarapeacu.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/LEI-084-1991-Transforma-o-Mercado-Municipal-de-Igarape-Acu-inaugurado-em-08-06-1940-em-Centro-Cultutarl-e-da-outras-providencias.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

IGARAPÉ-AÇU. Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Cícera Lima do Nascimento. **Projeto Político Pedagógico.** Igarapé-Açu: EMEF Prof.^a Cícera Lima do Nascimento, 2013.

IGARAPÉ-AÇU. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Curricular do Município de Igarapé-Açu.** Igarapé-Açu: SEMED, 2022.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. 1908, p. 54.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará:** faces da sobrevivência (1889-1916). São Paulo: [s. n.], 2016.

LACERDA, Franciane Gama. Uma “artéria necessária” para o progresso: A estrada de ferro de Bragança (Pará, 1883,1908). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, v. 10, n. 19, jan./jun. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução: Bernardo Leitão *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Antônio José de Sousa. **A extinção da Estrada de Ferro de Bragança e os impactos no município de Igarapé-Açu.** Orientadora: Maria de Nazaré Sarges. Monografia (Especialização em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, abr. 2006.

MAGALHÃES, Fabiulla Folgado Muniz. História local nas séries iniciais do ensino fundamental mediante a interdisciplinaridade. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, 2019/02. ISSN 2178-6925. DOI: doi.org/10.17648/2178-6925. Disponível em: https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2019/368_historia_local_nas_series_iniciais_do_ensino_fundamental_mediante_a_in.pdf. Acesso em: 8 maio 2024.

MERRIAM, S. B. Pesquisa qualitativa e aplicações de estudo de caso em educação. Tradução Ivar César Oliveira de Vasconcelos. São Francisco, CA: Jossey-Bass, 1998. Título original: Qualitative research and case study applications in education

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral e interdisciplinaridade: a invenção do olhar. *In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (org.). Os Desafios Contemporâneos da História Oral.* Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p. 207-208.

MOREIRA, Felipe Ferreira, BARROS FILHO, João de Sousa, COSTA, Valter Pinheiro da, RODRIGUES, Dalila de Oliveira Dias. A estrada de ferro Belém-Bragança e a formação socioespacial do município de Igarapé-Açu. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFOS*, 7., Vitória, 2014. **Anais** [...]. [S. I.: s. n.], 2014. ISBN: 978-85-98539-04-1.

MUNIZ, João de Palma. **Immigração e colonização:** história e estatística 1616-1916. Belém, Pa: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916. p. 151.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [s. I.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 26 jun. 2024.

NORONHA, Isabelle de Luna Alencar. Livro didático e ensino de história local no ensino fundamental. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 24., São Leopoldo, 2007. **Anais** [...]. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

NUNES, Francivaldo Alves. **Benevides:** uma experiência de colonização na Amazônia no século XIX. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

NUNES, Francivaldo Alves. Núcleos coloniais em interpretações: a experiência amazônica (zona bragantina, Pará, décadas de 1870-1880). **Territórios e Fronteiras** (UFMT. Impresso), v. 7, p. 212-228, 2014.

OLIVEIRA, A. A. Sequência didática. *In: SILVA, T. A. (org.). Didática: teoria e prática.* São Paulo: Cortez, 2013. p. 39-55.

PARÁ. Governador. **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado em 1 de fevereiro de 1901.** Belém: Typ do Diario Official, 1901.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; SOUSA, Jorge Luis Umbelino de. Parte Diversificada dos Currículos da Educação Básica: que política é essa? **Espaço do Currículo**, v.9, n.3, p. 448-458, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/rec.v9i3.29915/16837>. Acesso em: 20 mai. 2023.

PETRONE, Mara Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930).** São Paulo: Brasiliense, 1982.

POLAK, Michel. Memória e Identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro,

v.5, n. 10, p.200-212, 1992.

QUEIROZ, Paulo. **Manifestação cultural do levantamento do mastro**. [2014?]. 1 fotografia. Disponível em: <https://amazoniaacontece.blogspot.com/2014/01/para-sao-sebastiao-e-homenageado-hoje.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

ROCHA, Antonio Elielson Sousa de. **Igarapé-açu**: Intendentes e Prefeitos. Belém: Gráfica Supercores,2003.

ROCHA, Antonio Elielson Sousa. **São Luís**: A Vila Caripi e a colonização da Região Bragantina. 2014. 116p., il. 21 cm.

ROCHA, Aristedu Castilhos da. Proposta metodológica para o ensino de história. **Revista de Ciências Humanas**, Erechim, v. 4, n. 4, 2003.

ROSA, Alberto. Recordar, descrever e explicar o passado. O que, como e para o futuro de quem? In: CARRTERO, M. et al. **Ensino de história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 54-55.

SAVIANI, Dermeval. Ensino de história na Formação das Crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Desafios e Possibilidades. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, SP, v.22, p. 1-15, 2022.

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento-revista de educação**, [s. l.], n. 4, 9 ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em: 20 maio 2023.

SCHMIDT, Maria auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, [s. l.], v. 9, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v9i1.193>. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/193>.

SILVA, Clenilza Lemos da. **O ensino de história local nos anos iniciais do ensino fundamental na proposta curricular do município de Cascavel (2008 - 2021)**. Orientador: João Carlos da Silva. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022.

SILVA, Dário Benedito Rodrigues Nonato da. **Os donos de São Benedito**: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SILVA, Francivaldo Rodrigues da. **Festividade de São Sebastião**: tradição e transformação em Igarapé- Açu. 2006. 58 f. Monografia (Especialização em História), Universidade Federal do Pará, Castanhal - Pa, 2006.

SIQUEIRA, José Leônico Ferreira de. O Caminho de Ferro e seus Ramais. In: SARQUIS, Giovanni Blanco (org.). **Estrada de Ferro de Bragança**: memória social

e patrimônio cultural. Belém: IPHAN, 2017.

SOUZA, Manoel de Jesus Manito de. **Ensino de História em sons e imagens:** patrimônio histórico-cultural, memórias e olhares do presente na produção de um documentário sobre a base aérea de Igarapé-Açu. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto político Pedagógico. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências.** Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2010. 197 p.

APÊNDICE A – Formulário de pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Pesquisador(a): Clayton Luiz da Silva Barros, (aluno(a) do curso de Mestrado em Ensino de História).

Atenção: caro entrevistado, seu nome não será utilizado em dissertações, teses ou qualquer trabalho científico em razão desta pesquisa (caso necessário, serão usadas somente as iniciais do seu nome ou nomes fictícios). Suas respostas contribuirão para o aprimoramento de métodos e recursos de aprendizagem em História.

ESCOLA: _____

NOME _____

COMPLETO: _____

IDADE: _____

GÊNERO: _____

GRAU DE ESCOLARIDADE: _____

QUANTO TEMPO DE SERVIÇO: _____

SE É PROFESSOR EFETIVO OU CONTRATADO: _____

QUAL SÉRIE QUE MINISTRA A DISCIPLINA IDENTIDADE CULTURAL DE IGARAPÉ-AÇU: _____

TURMA: _____

1 - Você trabalha a história da cidade de Igarapé-açu com seus alunos?

- () Sim
() Não

2 - Você encontra dificuldades para aplicar a disciplina Identidade Cultural em suas aulas? Justifique sua resposta

3 - Quais materiais você se baseia para ministrar a disciplina Identidade Cultural em suas aulas?

APÊNDICE B – Questionário aplicado à turma do 5º ano**Atividade de Classe - Questionário**

1 - Qual seu sexo?

() masculino

() feminino

2- Qual seu nome completo? _____

3 - Qual sua idade? _____

4- Qual bairro você mora? _____

5- Qual cidade você nasceu? _____

6- Há quanto tempo você mora em Igarapé-açu? _____

7- Toda sua família mora em Igarapé-açu? () Sim () Não

8- Quantos membros compõem sua família? _____

9- Quais lugares costumam frequentar na cidade em que você mora?

10- Você conhece a origem do município onde você mora? () Sim () Não

11- Qual é a data de fundação da Cidade de Igarapé-açu?

R: _____

12- E a origem da palavra Igarapé-açu, você conhece? () Sim () Não

Justifique sua resposta: _____

13- Você sabe o que é Patrimônio Histórico? () Sim () Não

14- Você sabe o que são Fontes Históricas? () Sim () Não

APÊNDICE C – Registros fotográficos da sequência didática



APÊNDICE D – Sequência didática



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Instituição	EMEF Prof. ^ª Cícera Lima do Nascimento
Disciplina	História
Turma	5º ano
Turno	Manhã
Professor	Euzébio dos Santos Rodrigues
E-mail	<u>Euzebiorodrigues10@gmail.com</u>
Objeto conhecimento:	História do município e as transformações ocorridas <ul style="list-style-type: none"> • Contexto histórico da formação e as características envolvidas nesse processo; • Primeiros habitantes colonizadores; • Primeiras atividades comerciais.

1 ETAPAS A SEREM TRABALHADAS

- Aplicar um questionário para os alunos contendo perguntas para verificar se eles conhecem a origem do Município de Igarapé-Açu;
- Apresentar vídeos que expliquem o surgimento do Município de Igarapé-Açu;
- Dialogar com os alunos sobre a criação do município de Igarapé-Açu;
- Incentivar os alunos a pesquisarem sobre os primeiros habitantes do município de Igarapé-Açu;
- Conhecer os lugares de memórias de Igarapé-Açu;
- Pesquisar sobre as primeiras atividades econômicas do município de Igarapé-Açu;
- Direcionar os estudos para que os alunos saibam realizar suas pesquisas a respeito da história local de Igarapé-Açu.

- Solicitar uma produção textual a partir da pesquisa direcionada sobre a história local Igarapé-Açu.

2 HABILIDADES QUANTO AO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL DE ACORDO COM OS PCNS

A partir do processo de redemocratização do Brasil pós-ditadura militar, na década de 1980, o órgão responsável pela educação e a cultura do país (MEC) teve a preocupação de realizar uma reforma nas bases da educação do país, em todos os níveis educacionais. Em se tratando do ensino tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, o governo federal propôs a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Mesmo seguindo uma perspectiva pautada em uma educação piagetiana de ensino e aprendizagem, os intelectuais desse período envolvidos e ligados à educação tiveram a preocupação de não somente promover uma mudança no processo de ensino-aprendizagem, mas também de transformar o cidadão inerte em um “sujeito histórico” reflexivo e crítico.

Para Bittencourt (2018):

as formulações recentes curriculares para o ensino de História, a partir das séries iniciais (atualmente com cinco anos), do Ensino Fundamental, apesar das diferenças entre Estados e municípios, em sua maioria, visam ultrapassar a limitação de uma disciplina apreendida com base nos feitos dos heróis e de grandes personagens, apresentados em atividades cívicas e como figuras atemporais (Bittencourt, 2018, p.97).

Segundo a autora, as formulações curriculares buscaram compreender o estudo local, ultrapassando o ensino tradicional, levando o aluno, a partir das orientações dos seus educadores, a se tornarem protagonistas da construção da sua história e da sua identidade.

3 AULAS PREVISTAS

Para a aplicabilidade e a execução da presente sequência didática, serão elaboradas seis aulas, cada uma com 45 minutos, sendo realizadas duas aulas por semana, conforme o quadro 3.

Quadro 5 – Estrutura de aplicação da Sequência Didática.

Aulas prevista	Data	Hora Aula	Objetos de conhecimento
2 aulas	02/09/2024	90 minutos	Contexto histórico da formação e as características envolvidas nesse processo
2 aulas	09/09/2024	90 minutos	Primeiros habitantes e colonizadores
2 aulas	16/09/2024	90 minutos	Primeiras atividades comerciais

Fonte: autor (2024)

3.1 AULA 1

Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento

Disciplina: História de Identidade Cultural de Igarapé-Açu – HICI

Professor: Clayton Luiz da Silva Barros.

Turma: 5º

Objeto de conhecimento: Contexto histórico da formação e as características envolvidas nesse processo;

Objetivo geral:

- Conhecer por meio da história do Município de Igarapé-Açu o contexto histórico de sua formação e as características envolvidas nesse processo.

Objetivos específicos:

- Aplicar um questionário para os alunos contendo perguntas referentes à origem do Município de Igarapé-Açu;
- Promover um debater com os alunos sobre as respostas apresentadas nos questionários.

Materiais utilizados

- Cópias dos questionários, quadro branco, canetas para quadro branco e apagador.

Passos para a aplicação

1º momento: ao iniciar a aula, será aplicado um questionário aos alunos para, inicialmente, analisarmos o perfil social e os conhecimentos prévios deles a respeito da origem e da emancipação do Município de Igarapé-Açu. A previsão para finalizá-lo é de aproximadamente 25 minutos.

2º Momento: Solicitaremos que alguns alunos leiam suas respostas para todos da classe e, em seguida, faremos breves comentários sobre as respostas. A previsão de duração dessa atividade é de 45 minutos.

3º Momento: Considerações finais sobre a 1ª aula e orientações para o próximo encontro. O tempo previsto é de 20 minutos.

3.2 AULA 2

Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento

Disciplina: História de Identidade Cultural de Igarapé-Açu – HICI

Professor: Clayton Luiz da Silva Barros.

Turma: 5º

Objeto de conhecimento: Primeiros habitantes colonizadores do Município;

Objetivo geral:

- Identificar os primeiros habitantes colonizadores que ajudaram no processo de construção e desenvolvimento do Município de Igarapé-Açu.

Objetivos específicos:

- Conhecer quais foram os povos que chegaram para habitar e quais contribuições eles trouxeram ou deixaram para o processo de colonização e povoamento da cidade de Igarapé-Açu;
- Buscar informações, através da pesquisa bibliográfica e das entrevistas, sobre como esses colonizadores chegaram aqui no nordeste paraense e em especial na cidade de Igarapé-Açu;
- Incentivar os alunos a procurarem informações junto aos seus familiares para saber se eles são descendentes desses povos colonizadores do nosso município;
- Convidar uma pessoa mais velha, influente na cidade, para ir à escola e contar suas memórias a respeito da cidade de Igarapé-Açu.

Materiais utilizados

- Entrevistas, cadernos, canetas esferográficas, gravadores, roteiro com perguntas para as entrevistas, pesquisas bibliográficas.

Aplicação

1º momento: Explicar o assunto para os alunos e questionar se eles conhecem os povos que deram origem ao município de Igarapé-Açu. Para esse momento, o tempo é de 20 minutos.

2º momento: Dividir a turma em grupos e, logo em seguida, orientá-los sobre como eles devem fazer as entrevistas. Reservam-se 10 minutos para isso.

3º momento: Deixar o(a) convidado(a) falar livremente sobre sua vida, contar suas memórias e orientar os alunos a observarem essas falas e no final fazerem perguntas. Estimam-se 45 minutos para esse momento.

4º momento: Orientar as equipes a buscar os referenciais bibliográficos que existem a respeito da história de Igarapé-Açu. Essa parte da atividade, fica como tarefa extraclasse. Reservam-se 15 minutos para as instruções.

3.3 AULA 3

Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.^a Cícera Lima do Nascimento

Disciplina: História de Identidade Cultural de Igarapé-Açu - HICI

Professor: Clayton Luiz da Silva Barros.

Turma: 5º

Objeto de conhecimento: Primeiras atividades comerciais do Município de Igarapé-Açu

Objetivo geral:

- Mostrar para os alunos – através de pesquisas, imagens, leituras e entrevistas – quais foram as primeiras atividades comerciais desenvolvidas no Município de Igarapé-Açu;

Objetivos específicos:

- Despertar no aluno o interesse pelo conhecimento da importância das atividades comerciais para o desenvolvimento do município;
- Pesquisar quais são as atividades econômicas que estão sendo desenvolvidas no município;
- Fazer uma atividade fora da escola, levando a turma para visitar e conversar com alguns comerciantes mais antigos do município, para que os alunos conheçam como essas atividades eram realizadas, produzidas, transportadas e comercializadas.

Materiais utilizados

- Entrevistas, cadernos, canetas esferográficas, gravadores, roteiro com perguntas para as entrevistas, pesquisa bibliográficas, imagens, visita programada.

Aplicação

1º momento: Mostrar para os alunos (através de imagens, relatos e informativos) quais eram as primeiras atividades comerciais produzidas e trazidas para a cidade. Reservam-se 20 minutos para a explicação.

2º momento: Estimular os alunos a buscarem informações a respeito dessas atividades. Preveem-se 10 minutos para este momento.

3º momento: Organizar atividades extraclasse, como visitas programadas e agendadas a estabelecimentos comerciais antigos do município como forma de entender como eram e como estão as atividades comerciais municipais. Estimam-se 60 minutos.

Atividade Avaliativa

Montar uma linha do tempo para a realização de uma exposição, em sala de aula, com todo o material recolhido e produzido pelos alunos. A finalidade é que a escola e a comunidade possam ver e conhecer a História do município, as transformações e as permanências ocorridas nele durante todos esses anos.

Além disso, as equipes, com a auxílio dos seus respectivos professores, produzirão um texto, relatando as experiências que tiveram ao executarem as atividades para se conhecer o potencial histórico que o município de Igarapé-Açu possui.

ANEXO A – Resolução nº 006, de 13 de dezembro de 2022, do Conselho Municipal de Educação do Município de Igarapé-Açu/PA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU.
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Instituído pela Lei Municipal nº 702/2012.

RESOLUÇÃO N° 006, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre aprovação de nova Matriz Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Igarapé-Açu/Pará.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, em consonância com a deliberação do Parecer CME/CEB nº 016/2022 e da Sessão Plenária nº 97 realizada no dia 13 de dezembro de 2022, e:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, artigo 14, parágrafo 1º, alínea f;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, artigo 15, inciso V, e parágrafo 6º;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 702, de 21 de setembro de 2012, e Lei Municipal nº 826, de 23 de abril de 2021, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação – CME de Igarapé-Açu, artigo 3º, inciso XV;

CONSIDERANDO a Resolução CME/GP nº 002, de 27 de abril de 2022, que aprova, homologa, institui e direciona a implementação do Documento Curricular do Município de Igarapé-Açu – DCM;

CONSIDERANDO a Resolução CME/GP nº 003, de 14 de setembro de 2022, que dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas municipais, estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Igarapé-Açu, artigo 32, e artigo 116.

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar as Matrizes Curriculares para o Sistema Municipal de Ensino constantes dos Anexos integrantes desta Resolução, conforme abaixo especificado:

- I- ANEXO I: Matriz Curricular da Educação Infantil
- II- ANEXO II: Matriz Curricular do Ensino Fundamental
- III- ANEXO III: Matriz Curricular da Educação de Jovens E Adultos

Art. 2º Fica incluído um novo componente curricular de Ensino Religioso para os anos iniciais do Ensino Fundamental e 1ª e 2ª Etapa da Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino de Igarapé-Açu.

Art. 3º O tempo de cada hora aula da Educação infantil e Ensino Fundamental, em todas as modalidades ofertadas pela rede municipal de Ensino, será de 45 minutos, contemplando-se a carga horária mínima anual de 800 horas, conforme determina a legislação em vigor.

Parágrafo único. Por dia de efetivo trabalho escolar entende-se o de atividades pedagógicas que envolvam simultaneamente os professores e os alunos, com o devido registro de frequência escolar.

Art. 4º As Matrizes Curriculares passam a vigorar nas Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Igarapé-Açu, a partir do ano letivo de 2023.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Igarapé-Açu e, em última instância, pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Igarapé-Açu, 13 de dezembro de 2022.

Márcia Regina de Sousa Siqueira
Márcia Regina de Sousa Siqueira
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Membro Titular – Decreto nº 247/2021
Igarapé-Açu/PA